

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

ANGELA A. DONINI

## **Desurdir a Lógica do Gênero**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica sob orientação da Professora Suely Belinha Rolnik.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

**Para Kaká**

## **Resumo**

O que me mobiliza para a escrita desta tese são certas situações cotidianas que vivemos em nossos próprios corpos e que, ao se apresentarem para nossa sensibilidade, provocam atritos e desejo de ruptura com a lógica do gênero e de sua dominação sobre a experiência da sexualidade.

Sem guia, deixei-me levar pela exploração de movimentos nos quais tal atrito se produz e que, ao mesmo tempo e de forma imanente, provocam a modulação da sexualidade nos campos político, social e subjetivo.

Da ação biopolítica depende a lógica do gênero. Tal ação intensifica e provoca a normatização da sexualidade, bem como uma apropriação intensa da vida por meio de farmacotecnologias.

Na sociedade do sexo, promovida e produzida pelo biopoder, podemos notar que há uma proliferação dos discursos a respeito desse tema: ele ocupa incessantemente os espaços sociais, políticos e legislativos. Tal produção discursiva é parte dos mecanismos de controle e censura que agem por meio do par cinismo - piedade.

A ruptura com os mecanismos de controle relacionados ao gênero e à sexualidade, levados a cabo por complexas operações de microterrorismo, são os principais elementos da cartografia dessa trajetória. Assim, este trabalho procura tecer conexões que convoquem possibilidades de transformação na experiência da sexualidade e de sua inserção no cenário político, econômico, social e de direitos.

Palavras-chave: biopolítica, gênero, sexualidade

## **Abstract**

What mobilized me to write this thesis are certain daily situations that we live in our bodies that, when perceived by our senses, provoke friction and a desire to rupture with the logic of gender and its domination over the experience of sexuality.

Without a guide, I explore the movements produced by these frictions that immanently and simultaneously provoke the modulation of sexuality in political, social, and subjective fields.

The logic of gender depends on biopolitical action. This action is intensified and provoked by the normatization of sexuality, as well as an intense appropriation of life through pharmatechnologies.

In the sex society, promoted and produced by biopower, we can note that there is a proliferation of discourses about this topic: it incessantly occupies social, political, and legislative spaces. This discursive production is part of the control mechanisms and censorship that act through the pair of cynicism - pity.

The rupture of the control mechanisms related to gender and sexuality, brought about by complex operations of microterrorism, are the principal elements of the cartography of this trajectory. Therefore, this work seeks to weave connections that convene possibilities of transformation in the experience of sexuality and its insertion in the rights and political, economic, and social scenario.

Keywords: biopolitics, gender, sexuality

## Sumário

1- Monstros são diferentes de zumbis .....	08
2- Fronteiras e suas ciladas de afeto .....	20
3- Biopolítica e tecnossexualidade .....	34
4- Nem homens, nem mulheres .....	50
5- Nem heterossexualidade, nem homossexualidade .....	63
6- Sexualidade e direitos .....	73
7- Religiosidade, cinismo e piedade.....	99
8- Gênero, sexualidade e política.....	108
9- Nosso desafio de romper com a forma-Homem.....	120
10- Bibliografia .....	127

Esse lado de fora informe é uma batalha, é como uma zona de turbulência e de furacão, onde se agitam os pontos singulares, e relações de força entre esses pontos. Os estratos apenas recolhiam, solidificavam a poeira visual e o eco sonoro de uma batalha que se travava por cima deles. Mas, em cima, as singularidades não têm forma e não são nem corpos visíveis nem pessoas falantes. Entramos no domínio dos duplos incertos e das mortes parciais, das emergências e dos desvanecimentos. É uma microfísica. Nós permanecemos em cima, não mais como pessoas, mas como duas falenas ou duas plumas, invisíveis e surdas uma à outra, no meio das nuvens furiosas e lentamente dissipadas de poeira que nós lançávamos uns aos outros, gritando Morte aos crápulas! Morte! Morte! A cada estado atmosférico nessa zona corresponde um diagrama das forças ou das singularidades tomadas nas relações: uma estratégia.

Gilles Deleuze<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

## **1. Monstros são diferentes de zumbis**

Ao mesmo tempo em que escrevo, pesquiso, debruço-me pelos caminhos da tese, sinto que estou me deparando com um processo que é a própria vida. Estar frente a isso tem me feito experimentar uma intensidade muito forte, de muita dor, mas também de percepção do quanto é importante e transformador quando a existência passa por abalos como este. Torna-se necessário traçar linhas que nos permitam sair das crises e estabelecer novas relações para que se possa criar algo novo naquilo em que o próprio corpo está mergulhado e que o faz transbordar de si.

Durante minha adolescência, vivida entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, muitas transformações sociais e políticas aconteceram no Brasil e no mundo. Hoje, percebo que não foi por acaso que, durante o percurso da tese, principalmente em 2007 e 2008, fui tomada por um desejo incontornável de escrever sobre o que significou ter vivido esse período e sobre o conflito de ter tido vontade de ser adolescente em outro momento da história.

A importância dessa reflexão para meu trabalho, talvez, não esteja exatamente no fato de eu ter sido adolescente nos anos 1980 e 1990. O que teve grande impacto e cujos sentidos em minha própria história de vida estou tentando identificar é que, quando se tem 13 ou 14 anos em 1989 e se decide por uma escolha radicalmente desviante – em relação àquelas do núcleo familiar, das performances de gêneros, da maioria dos colegas de escola e da grande maioria de professores – inicia-se um percurso de luta para não sucumbir ao estigma,



filtro por meio do qual a sociedade lê tal desvio. Não sucumbir à lógica do estigma, sejam quais forem suas manifestações. Deslocar-se das respostas defensivas a essa lógica, as quais nos convertem inexoravelmente em zumbis e não fazem senão reafirmá-la: de um lado, a clandestinidade; de outro, a vitimização. Tais defesas constituem apenas o lado negativo do combate; este é cativo da lógica da oposição, a qual reafirma aquilo a que se opõe.

O que promoveu o lado afirmativo desse combate em meu percurso foi a aproximação com diferenças de pensamento, de modos de existir, enfim, com aquilo que não nos é dado como próximo e que, já na adolescência, me atraiu mais do que qualquer movimento de acolhimento que mantivesse, no entanto, a exigência dos padrões vigentes.

Foi uma busca pela sustentação da anomalia. Em uma cidade pequena do interior de São Paulo, naquele período, tudo que estivesse ligado à militância de esquerda e, mais do que isso, a qualquer prática desviante do padrão dominante, era considerado e tratado como anormal pela maior parte das pessoas com as quais eu convivía. O peso da ditadura ainda era muito forte e se somava e intensificava o peso da disciplina na escola, dos hábitos familiares, da organização da cidade, do domínio dos políticos ligados aos partidos remanescentes da ditadura. No Estado de São Paulo, era particularmente forte a ocupação do poder por entidades como o Partido Democrático Social (PDS), que existiu em nosso país de 1980 a 1993 e constituiu a base de políticos como Paulo Maluf, Romeu Tuma e Ademar de Barros, dentre outros.

Foram estas as questões que mais me mobilizaram. A sensação de não pertencimento a um partido ou a um grupo era a tônica dominante. No período em

questão, transitei em muitos grupos e, embora tenha permanecido a maior parte do tempo em atividades do Partido dos Trabalhadores (PT), nunca me filiei porque, já naquela época, não gostava de identidades ou qualquer tipo de filiação institucional. Tinha muitos não quereres relacionados aos lugares de gênero, lugares identitários, fosse na família, nas escolas, nas amizades. O que me fazia acreditar eram as brechas, cavadas a partir de muitos quereres.

Meu desejo não cabia neste mundo, então era como se eu não soubesse onde estava sua potência. Fiquei anos perambulando em torno de coisas que me fizeram muito bem porque me possibilitaram a aproximação com pessoas de muitos lugares e de muitas formas de existir. No entanto, a angústia permanecia e todavia permanece. São momentos de desespero e outros de distanciamento que me impelem a escrever sobre essas experiências e, ao mesmo tempo, colocam barreiras nesse processo. Estou em combate diário com tal angústia e é como parte desse combate que construo minha tese, como um terreno possível para avançar na realização dessa tarefa incontornável.

Essas linhas surgem a partir da resistência a tudo em que não posso mais estar. Refiro-me aos aparatos tecnológico e farmacológico pelos quais nossas vidas vem sendo bombardeadas de hormônios, drogas etc., que reforçam os lugares de gênero e os referenciais estéticos dominantes. Refiro-me igualmente às atitudes de supostos respeito e compreensão benevolentes e politicamente corretos que figuram como possibilidades, mas que são, de fato, barreiras identitárias e cínicas. Tais barreiras protegem de qualquer aproximação real e, portanto, esterilizam os efeitos de desestabilização e de desencadeamento de devires que tal aproximação promoveria. A navegação pela bestialidade não basta. É preciso

buscar aproximações por afeto que superem a obediência ao enquadramento por um tipo de conhecimento naturalizado, em relação ao qual toda e qualquer outra forma de aproximação do real é considerada anormal, insuficiente, quando não inferior. É isso que sustenta a recusa a me convencer de que está tudo bem, de que temos de manter as performances de gênero e de lugares instituídos para “sobreviver” nesse cenário como condição de existência.

É no delineamento de uma insuportabilidade em relação à “tolerância” bem intencionada e estéril às existências anômalas que tento processar as questões para a escrita, ao mesmo tempo e indissociavelmente, do movimento de afirmação em minha existência de outros modos de vida que não o de uma “performance mulher”.

Viver os anos 1980 e 1990 e sentir medo, opressão e enquadramento é a herança da sociedade disciplinar intensificada pelo impacto da ditadura em nossas vidas. Tais efeitos operam em nós, em nossos corpos, em nossa memória coletiva, estruturando nossa subjetividade e direcionando a política de nosso desejo.

O pós-ditadura vem repleto da maquinaria tecnológica e, do ponto de vista das políticas públicas, de um manejo que vincula aproximação com a diferença e com o mesmo para se constituir no país um espaço repleto de uma “tolerabilidade” tão tacanha e sem ressonância com aquilo que de fato importa. Como fica o corpo, a vida, a sexualidade, os desejos, os encontros, a política neste contexto? Que operações sutis, carregadas de intervenções farmacológicas e forjadas no campo dos direitos humanos se constituem em nosso país, por meio das quais os processos de subjetivação se embriagam de “possíveis” em tensão com reais impossibilidades?

Talvez por nunca ter vivido – nem ter querido ou percebido como necessária – a constituição de uma identidade mulher, nos moldes de nossa sociedade e que se define a partir da visão biológica e de gênero, que tudo o que vem nesta escrita tensiona os enquadramentos farmacológicos, pedagógicos, estatais e de direitos nesse campo.

O desejo de subversão, a iminência de possíveis que ora traz potência, ora deprime e desacredita. Que tipos de dispositivos de subversão têm sido inventados em nossa experimentação? Que outras dimensões desse problema pulsam em nossos corpos e nos impulsionam a inventar outros tipos de dispositivos para torná-los sensíveis?

Passando pelas fronteiras em meados dos anos 2000, vivendo em Brasília desde 2005, atuando nos espaços de construção de políticas públicas, batalhando e aprendendo muito com a realidade e a inventividade das pessoas de nosso país, hoje me deparo com novas descobertas e com uma espécie de enredamento que deixa a cena mais desafiadora, mas também muito mais possível de ser vivida.

Encontros onde a leitura sensível da realidade e as forças de combate face ao intolerável encontram ressonância são fundamentais neste processo. É com eles que territórios de existência podem ser inventados em consonância com aquilo que o corpo nos indica. Alguns encontros destacam-se neste processo.

O encontro com a Kaká é um deles: os espaços que se produziram e se produzem entre nós convocaram e convocam uma liberdade para sentir, pensar, agir, descobrir, inventar. Experimentamos nesse encontro a possibilidade de vasculhar toda a potência de radicalidade de que, no invisível, é portador o mundo

de Brasília com suas multidões-zumbi, constituídas por religiosos, policiais, políticos corruptos. Essa potência busca no exercício cotidiano não se entregar ao medo no qual este mundo está imerso.

Existe um ruído nas nossas entranhas e nas nossas peles que se incomoda com o estilo de vida que pressupõe “segurança” e distanciamento. Por que esse medo, que medo é esse que toma essa cidade? É o terrorismo não explícito, é o terrorismo de Estado dos que vivem por aqui e tentam ser politicamente corretos?

É desse encontro, cheio de desejos, encantamentos e construção de mundos possíveis, ainda que apenas em nossas micro-realidades de diálogos entrecortados, que me vejo solta e desafiando minha própria história.

Às vezes, até chego a pensar que eu estava inventando um mundo de fantasias para sobreviver. Deixei-me então levar pela intuição, pelo que já estava em mim. Os encontros desse percurso me possibilitaram encarar o que não dá para contornar com subterfúgios defensivos, muito menos adiar.

Somos monstros de um espaço que convive conosco com um carinhoso abraço de urso (penso aqui em abraço de urso como imagem de um gesto que aparentemente é de carinho, mas que por meio do abraço se torna mortal), deixando morrer a potência de produção de diferença do entorno que carregamos ao não atuarmos performativamente como mulheres. Isto é, não circular socialmente, politicamente e afetivamente a partir dos papéis de gênero estabelecidos.

Esses gestos e essas vidas monstruosas e que convocam o corpo à rebelião dos órgãos suscitou meu interesse em aprofundar que ligações são essas que entrelaçam a sexualidade com o devir-monstro.

O disforme e o desordenado são assustadores. Segundo Michael Hardt e Toni Negri<sup>2</sup>, a monstruosidade da carne não é um retorno ao estado natural, mas um resultado da sociedade. Apesar de sua marca de constante inovação, os corpos sociais modernos e a ordem social moderna preservam um caráter naturalizado. As supostas identidades naturais da família, da comunidade, do povo e da nação insistem como referência.

O vampiro, por exemplo, é uma figura que expressa o caráter monstruoso, excessivo e rebelde da multidão. A ameaça do vampiro, dizem Negri e Hardt, é, em primeiro lugar, sua sexualidade excessiva. Seu desejo de carne é insaciável e sua mordida erótica atinge igualmente homens e mulheres, ameaçando a ordem do acasalamento heterossexual. Em segundo lugar, o vampiro destrói a ordem da família com seu próprio mecanismo alternativo de reprodução. Novos vampiros surgem da mordida tanto de vampiros machos quanto de vampiras fêmeas, formando uma raça eterna dos que não morrem. Assim é que o vampiro funciona na imaginação social, como um símbolo da monstruosidade de uma sociedade na qual os corpos sociais tradicionais, como a família, estão entrando em colapso.

Ao revelar o processo real de produção inelutável de diferença, somos vampiras contemporâneas que continuam sendo marginais na sociedade. Apesar disso, a presença explícita da monstruosidade pode levar outras pessoas a perceberem

---

<sup>2</sup> HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

que também são monstros e isso provocar uma série de efeitos de dispersão da lógica do gênero.

Os monstros provocam novas redes de afeição e organização social. O vampiro, com sua vida monstruosa e seu desejo insaciável, tornou-se sintomático não apenas da dissolução de uma sociedade envelhecida, mas também da formação de uma nova. Na monstruosidade, confundem-se duas forças de vetores opostos. Uma é a tendência à metamorfose e a outra é o horror e o pânico de tornar-se outro.

Nota-se como, ao mesmo tempo em que há nessas imagens elementos repulsivos, elas também são atraentes. É justamente pela atração que tais imagens estancam o processo de transformação ao qual elas mesmas nos induzem. Tal atração que está inscrita no campo da imaginação acaba por situar a monstruosidade numa fronteira indecisa entre a humanidade e a não-humanidade. Face a essas imagens, há uma convocação do impessoal na subjetividade, o que atrai e, ao mesmo tempo, gera medo, repulsa e rigidez identitária. Seu efeito é uma interpretação moralista e conservadora que atribui sentido conhecido ao desconhecido como forma de proteção.

Como diz José Gil, o nascimento monstruoso mostraria como potencialmente a humanidade configurada no corpo normal contém o germe de sua inumanidade.”<sup>3</sup> Essas turbulências em nós, no nosso mais íntimo, no nosso corpo, na nossa subjetividade, nos ameaçam de dissolução e caos. Algo de imprevisível e pavoroso, de certo modo pior do que uma doença ou a morte, permanece escondido, mas pronto a manifestar-se a qualquer momento.

---

<sup>3</sup> GIL, José. *Monstros*. Portugal: Relógio d'água, 2006.

A monstrosidade é a fronteira para além da qual se desintegra nosso contorno humano. Nesse sentido, podemos pensar que o potencial de virtualidades no campo da sexualidade é bastante múltiplo, por um lado. Por outro, porém, é completamente carregado de estranhamentos que colocam os desejos e suas maneiras de expressão em um lugar de medo e, em muitos casos, até mesmo de doença e morte.

Seja a monstrosidade em suas relações com a loucura, seja em sua interação com os desejos ou na expressão pública dos mesmos, há sempre um grande número de procedimentos clínicos, analíticos, legislativos e jurídicos que procuram dar conta desse estranhamento, dessa anomalia – seja interpretando-a como anormalidade, seja construindo a partir dela uma nova categoria no mapa de direitos civis, que a torna cativa da lógica identitária e a esteriliza.

A desregulagem que a atração por uma pessoa do mesmo sexo ou por uma prostituta, por exemplo, provoca na engrenagem subjetiva não está ligada apenas à atração em si. Ela é o desdobramento de todo um processo que coloca a singularidade no campo do estranhamento. Sendo assim, como lidar com aquilo que foge à normatização, aquilo que provoca uma vibratibilidade fora da cena comum e habitual, e mais, como transitar nos espaços públicos com esse desejo, esse segredo, esse outramento, para além do viés da militância? Por que nos restringem a este espaço? Muitas vezes conseguimos construir alguns diálogos, mas eles sempre acabam vistos pela coletividade como espaços de pertencimento identitário e são frequentemente guetificados.

As questões que provocam a movimentação de forças em prol de identidades fixas não se sustentam porque, na lógica dos sistemas hegemônicos racistas e



coloniais, elas não são portadoras da capacidade de transformação, já que tal lógica é conduzida por uma força de congelamento, de fixação e de tradição. E, é justamente por não se sustentarem no campo da intensidade, que elas não possuem capacidade de produzir mutação.

Na interação entre micro e macropolítica, como pensar o paradoxo das forças contemporâneas que se exprimem por radicalismos e que demonstram excessiva inaptidão para as transformações, ao mesmo tempo em que há movimentos de atração que possibilitam a mestiçagem, que convocam outros devires?

Podemos tomar o potencial de hibridação, de heterogênesse no campo da sexualidade como um dispositivo de outramento, de singularização. Nos processos de subjetivação, há um constante tensionamento entre esse estado poético que convoca para a diferença e para a experimentação e aquele da biopolítica que coloca a sexualidade na encruzilhada entre indivíduo e população, operando seu controle, normatizando-a e regulamentando-a. A sexualidade também se encontra no alvo da estreita vinculação entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder, a hierarquia das espécies, a seleção – maneiras de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica. O que provoca esse estranhamento para suscitar angústia e medo? De onde provém essa contra-força que resiste à exigência de transformação que o corpo anuncia? O que acontece quando, de repente, vejo num outro corpo uma superfície inóspita, quando me deparo com um corpo monstruoso? É esse corpo monstruoso, o meu duplo, como todo corpo outro? Daí a vertigem, o processo de rejeição que suscita angústia e medo?

A ambivalência da atração pelos monstros se dá em dois sentidos: por um lado, como sintoma de movimentos irreprimíveis de devir que se esboçam por toda parte (outros espaços, outros tempos, outros afetos) e, por outro, como medo e pânico do caos e da irreversibilidade incontrolada que estes mesmos movimentos podem induzir.

O desafio está em enfrentar os manejos da macropolítica sobre as questões dos direitos, da sexualidade para que não acabem parando na doutrinação e na intensificação do pedagógico e solidário “abraço de urso”, o que leva ao aprisionamento em um estado de tolerância que não é bem onde queremos estar e viver.

Não, não quero o abraço de urso, não quero viver a insuportabilidade de ser acolhida em espaços por esta ou aquela instituição, quando sei que o que as pessoas pensam sobre o amor e o sexo entre duas mulheres é totalmente dissociado da realidade.

Todos esses encontros, com o amor, com a amizade, mas também com a monstruosidade vieram, de uma hora para outra, junto às inúmeras transformações que possibilitaram a aproximação com minha própria história de vida, não a historiazinha íntima de minha suposta interioridade, mas sim a escrita de meu percurso de subjetivação na coletividade.

Muito difícil a decisão, muito sutil a linha entre ficar na invisibilidade e continuar lutando em uma batalha de solo infértil onde estão os zumbis. Não é neste lugar que é possível tecer as aproximações com a experiência real de cada um, exercício necessário para imprimir vida a qualquer processo.

O percurso desta tese parte do tensionamento paradoxal entre, de um lado as forças que são investidas na sexualidade e que reforçam a lógica do gênero a partir de processos ligados à intervenções políticas de caráter estruturante da farmacologia, da pornografia, da estética, da linguagem, das abordagens técnicas em saúde e educação, de suas incidências nas agendas de direitos humanos e na produção de leis e, de outro lado, experiências de subversão da lógica do gênero e de construção de experimentações possíveis que provocam desestabilização e deslocamentos.

Os textos aqui reunidos transitam entre processos que vivenciei nos espaços de formulação de políticas e de ação comunitária e o diálogo com produções teóricas com as quais encontrei ressonância para pensar esses processos. Todos os textos têm em comum a análise sobre as interações entre poder, biopolítica, gênero e sexualidade.

Esse processo seria impensável sem as alianças que encontrei pelo caminho, com as quais, de forma intensa, a experiência da monstruosidade pode reverberar e provocar abalos e incômodos.

## **2. Fronteiras e suas ciladas de afeto**

Se o contexto regido pela lógica do gênero é de violações contra nossos corpos, nossas vidas, nossas histórias, para que e para quem mantê-lo? Para desurdir a lógica do gênero, é preciso criar e investir propostas que levem à ruptura com as categorias de identidade estabelecidas, as quais por princípio nos naturalizam e imobilizam.

Um dos desafios de vida com o qual me vejo confrontada neste percurso da tese é o de tratar da questão da sexualidade em termos dos processos de subjetivação, que nada tem a ver com individualidade, e sim com coletividade. O desafio é enorme à medida que vivemos em um mundo onde o investimento na individualidade e na uniformização não para de se intensificar.

Os movimentos de interação da sexualidade com as categorias de gênero, religiosidade, política e direitos, ao mesmo tempo e de forma imanente, modulam nossas existências.

Procuro trabalhar alguns caminhos a partir de movimentos de interação dessas categorias: as relações entre o discurso da sexualidade e sua excessiva presença no campo da norma, do discurso sobre si e de sua apreensão pela farmacotecnologia; os contextos de produção de documentos internacionais<sup>4</sup> no campo dos direitos humanos, especialmente dos direitos sexuais e das políticas

---

<sup>4</sup> Instrumentos – cartas, convenções, declarações, pactos, tratados, relatórios, protocolos – que compõem um conjunto de normas, preceitos e compromissos cuja observância está colocada como desafio para os países na perspectiva da construção de uma cultura em defesa dos direitos. Por outro lado, em sua própria formulação, têm limites próprios à agenda política internacional que opera em movimentos de avanço e retrocesso dependendo do cenário em que os acordos se estabelecem. Tais instrumentos servem para subsidiar os países na formulação de ações nos espaços do Judiciário, Executivo e Legislativo.

públicas; a influência da religiosidade e de outros mecanismos de ação moral no campo da sexualidade; os processos de subjetivação e a renúncia ao gênero.

A escolha por esse percurso é parte inseparável de meu cotidiano de vida, especialmente as questões da sexualidade no campo da discussão política e de saúde pública, atividades nas quais estive envolvida nos últimos dez anos.

No trabalho de analisar as questões sobre poder, biopolítica, gênero e sexualidade, no contexto da investigação para a tese, encontrei na leitura de Beatriz Preciado<sup>5</sup> uma fecunda ressonância com aquilo que vinha problematizando desse universo, tanto nas práticas que o compõem quanto nas produções teóricas que visam pensá-lo. Segundo Preciado, as análises dos teóricos pós-fordistas, como por exemplo, Virno, Hardt, Negri, Corsani, Marazzi, Moulier-Boutang tratam as complexas formas atuais da produção capitalista como combinações tanto de produção de símbolos, linguagens, informações, quanto de produção de afetos<sup>6</sup>, o que esses teóricos nomeiam “trabalho da vida”. São análises a respeito das formas de produção que emanam do cuidado corporal, da proteção do outro e da criação da relação humana, do trabalho “feminino” de reprodução<sup>7</sup>, das relações de comunicação e de intercâmbio de saberes e afetos.

No entanto, para a autora, a maioria dessas análises descrevem esta nova forma de produção apenas até a cintura – ou seja, o campo da sexualidade e sua interação com o universo de produção de afetos não é problematizado.

---

<sup>5</sup> PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

<sup>6</sup> HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>7</sup> MARAZZI, C. *El sitio de los calcetines. El giro lingüístico de la economía y sus efectos sobre la política*. Madrid: Akal, 2003.

Preciado se pergunta: “Mas se os corpos insaciáveis da multidão fossem na realidade seus pênis e seus clitoris, seus ânus, seus hormônios, suas sinapses neurosexuais, se o desejo, a excitação, a sexualidade, a sedução e o prazer da multidão fossem os motores de criação de valor na economia contemporânea, se a cooperação fosse uma “cooperação masturbatória” e não simplesmente uma cooperação de cérebros?”<sup>8</sup>

Segundo ela, a indústria pornográfica é hoje o grande motor impulsor da economia informática: entra em cena o corpo *autopornográfico* como nova força da economia mundial. A indústria do sexo não é unicamente o mercado mais rentável da *internet*, senão, o modelo de rentabilidade máxima do mercado cibernético em seu conjunto tendo como características: investimento mínimo, venda direta do produto em tempo real, de forma única, produzindo a satisfação imediata do consumidor.

Em sua análise, ela soma à indústria pornográfica uma outra indústria líder do capitalismo mundial integrado, a indústria farmacêutica.

Assim, há um diálogo significativo entre o trabalho desenvolvido para minha tese e as análises feitas por Beatriz Preciado em sua hipótese de que as verdadeiras matérias-primas do processo produtivo atual são a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer, o sentimento de autocomplacência e de controle onipotente.

---

<sup>8</sup> Idem, Beatriz Preciado, op. Cit. Tradução livre do original: “¿Pero se fueran en realidad los cuerpos insaciables de la multitud, sus pollas y sus clítoris, sus anos, sus hormonas, sus sinapsis neurosexuales, si el deseo, la excitación, la sexualidad, la seducción y el placer de la multitud fueran los motores de creación de valor en la economía contemporánea, si la cooperación fuera una “cooperação masturbatória” y no simplemente una cooperación de cerebros?”

O motor do capitalismo atual é o “controle farmacopornográfico da subjetividade”, cujos produtos são “a serotonina, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, os antibióticos, o estradiol, o álcool e o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína, o citrato de sildenafil (viagra) e todo aquele complexo material virtual que pode ajudar na produção de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga, de onipotência e de total controle”.

Também nas questões a respeito da hiperprodução de saberes e poderes sobre a sexualidade e, em toda a revisão sobre os documentos internacionais em termos de direitos sexuais, encontramos caminhos pelos quais este trabalho procura tecer conexões entre planos que se sobrepõem e superpõem: por um lado, movimentos que se apresentam conservadores e moralistas e, por outro, movimentos que convocam possibilidades de transformação e de inserção da sexualidade no cenário político, econômico e de direitos.

O trabalho com a sexualidade e a prevenção de HIV lançou-me nessa trajetória, cujo *start* foi dado pelo confronto com a questão da exposição e do risco. Então, durante a escrita do mestrado, que coincidiu com minha trajetória de trabalho de pesquisa em serviços que atendem pessoas com HIV/AIDS, pude perceber que há um abismo paradoxal entre a vida cotidiana das pessoas com seus encontros sexuais e os discursos sobre a sexualidade e o gênero.

Entre os elementos desse universo que me inquietam, estão os espaços que estabelecem formas pelas quais as pessoas que detêm “o discurso do suposto saber sobre” adentram a vida e as práticas sexuais das outras. Tais mecanismos de controle e aproximação pelo viés da doença e do medo a ela associados são complexas operações de microterrorismo.

A inserção da sexualidade nos espaços coletivos e nas interações comunitárias tem uma forte influência da abordagem comportamental que tende a agir desde a perspectiva de uma genérica idéia de “o melhor para sua vida”, e não desde a perspectiva dos processos singulares e próprios de cada realidade. Nesse sentido, a tomada de decisão com autonomia é completamente excluída dos espaços de diálogo sobre sexualidade, na educação, na saúde, no trabalho, e, de forma muito mais grave, no espaço do Legislativo.

Na educação, por exemplo, percebo que quando estamos em um encontro com professores, eles insistem em dizer que há muita dificuldade para se trabalhar o tema da sexualidade nas escolas, que as meninas estão engravidando, que os jovens têm muitos parceiros sexuais, que se precisa de mais pesquisas para conhecer melhor a sexualidade dos jovens. O assunto pesquisa é sempre recorrente. Então fico me perguntando, por que sempre as pessoas acham que é preciso mais pesquisas para saber o comportamento dos estudantes e seus contextos de vida? Há no Brasil inúmeros estudos de comportamento que são repetidos com um intervalo máximo de três anos.

Na demanda por pesquisas, parece então que o que está em jogo é uma necessidade de conhecimento, de saber sobre as práticas sexuais e os arranjos/combinções sociais que as pessoas da comunidade estabelecem entre si. De que serve saber sobre a vida sexual dessa ou daquela garota? Por que tanto interesse nisso e tão pouca habilidade para a aproximação?

A abordagem comportamental restrita ao discurso moralista que se restringe a uma avaliação do “bom” e do “ruim” impregna todo o espaço da saúde e da



educação com uma avalanche de “boas intenções” sobre a vida futura das comunidades.

A intervenção funciona como controle populacional e promove por meio do terror o medo quando veiculam imagens de doenças e de casos de violência a cada vez que estas são apresentadas como referência para tratar de assuntos como prevenção e direitos sexuais.

A lógica que marca essa abordagem é responsável por um cenário de muita alienação no campo da militância em saúde e direitos humanos. Em alguns espaços, encontramos posturas de resistência que enfrentam a lógica dos modelos de terror e medo. No entanto, quando se acaba sendo capturada pelos mecanismos práticos da abordagem do controle e do discurso esvaziado de sentido, fica muito difícil produzir efeitos no plano micro, ou seja, que abram espaços para as singularidades a partir de cada experiência de vida nas diferentes realidades de nosso país.

A captura é sufocante. Ela paralisa processos e instaura blindagem por meio de mecanismos protecionistas e esses anulam a vontade de que a construção de modos de existir que não estejam enquadrados em limites morais possam ser possíveis. Sustentar essa vontade para pessoas que estão oprimidas é essencial já que necessitam dessas referências para poderem sobreviver em seus territórios.

Conviver diariamente com o mal estar decorrente das impossibilidades colocadas pela estrutura governamental, que, embora possamos pensar que há disponibilidade e posicionamento crítico em relação à garantia de direitos da

população, nos indica que existe um movimento cruel de captura do plano sensível<sup>9</sup>.

Isso que escrevo trata também da percepção de um colapso entre aquilo que se vivencia na comunidade, e, de outro lado, a possibilidade de definir propostas programáticas e políticas estabelecidas como normativas oficiais.

É importante compreender que aqui, quando me refiro à produção de políticas, não significa que a comunidade não esteja envolvida. O importante é pensar como os processos de definição de políticas estão entrelaçados com mecanismos sutis que vão de encontro aos interesses de alguns grupos e que se operam por mecanismos de controle.

Entre as propostas de regulamentação dos processos de prática, podemos tomar como exemplo a discussão da interrupção da gravidez. Na 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2007, foi defendida pelo próprio Ministério da Saúde e derrotada pelas forças de representação de parte da sociedade por meio da voz dos delegados nomeados em processos de conferências estaduais e municipais. Nesse caso, podemos compreender, analisando os perfis das representações, que os movimentos religiosos organizaram a inserção de seus seguidores em espaços estratégicos no âmbito da gestão do Sistema Único de Saúde, como por exemplo, os Conselhos Municipais e Estaduais. Esse processo culminou em um grande número de representações de diferentes estados com a mesma lógica de resistência e com capacidade para derrotar uma proposta em

---

<sup>9</sup> A expressão “plano sensível” aqui será utilizada para referir ao potencial de aproximação com as experiências reais das pessoas em suas comunidades, bem como em suas trajetórias de vida e suas necessidades e maneiras de existir.

um espaço democrático de definições que conta com mais de cinco mil delegados de diferentes segmentos sociais.

Esse colapso parece ter por efeito paralisar o movimento de mobilização no campo dos direitos sexuais, embora, de fato, os processos sejam lentos e demorem anos para sair como decreto, portaria ou legislação. Muitas vezes, a impressão é de que não há possibilidade alguma de construção coletiva, de invenção de estratégias que deem passagem aos anômalos. Essa falta de cuidado com o que está se processando e que terá graves efeitos sobre a vida de milhões de pessoas por todo o país é algo que por vezes leva ao cansaço e à renúncia.

Uma reflexão importante nesse processo é a que aborda os mecanismos pelos quais o controle social foi hiperinvestido por fundos internacionais provisórios e pouco investido pelas políticas nacionais. Isso parece ter gerado um processo de concessões e de precarização da participação da sociedade civil no processo de gestão do governo brasileiro, e uma notória fragilização da resistência. Quais seriam as estratégias para constituir territórios de travessia desses muros e abismos estabelecidos no campo das políticas públicas?

A generalização talvez seja a maior inimiga da produção de ações no campo da sexualidade, porque tende a reduzir todos os corpos e vidas em locus de adestramento potenciais.

Quando se procura implementar ações que abordem o tema da sexualidade nas escolas, por exemplo, muito do que os professores vivenciam desaparece de seus referenciais e eles acabam reproduzindo dinâmicas de livros que tratam

mais de uma “educação sexual” e que impossibilitam o diálogo aberto sobre as realidades dos diferentes jovens no espaço escolar.

Em muitas situações, em que esse processo implica a mobilização comunitária e envolve seus próprios membros para sua realização, o par saber técnico – poder se impõe e se propaga. As orientações sobre comportamento tornam-se assim uma arma fenomenal de poder. Seguindo a lógica que permeia o comportamento em todos os níveis da máquina estatal, os membros da comunidade sentem-se diferentes de seus pares e passam a desenvolver uma série de estratégias para deter o conhecimento para si, disseminar o discurso que aterroriza e amedronta. O conhecimento em saúde passa assim a funcionar como um mecanismo de poder.

Quando se está envolvido neste campo, tais questões impregnam a tal ponto a existência que se torna necessário buscar alianças para manter um espaço de problematização de modo a provocar esses contextos e seus mecanismos. Neste sentido, o convívio com pessoas e grupos que estabeleceram esse enfrentamento como uma questão vital tem sido essencial.

Quem resiste? Onde se resiste? Como se resiste? Forças locais se impõem frente a movimentos globais, abrindo brechas. É de tanto impossível que se extrai o possível cotidiano de estar presente como corpo que resiste. Como afirma Barbara Stiegler<sup>10</sup>, é a potência que dá à vontade de potência sua medida, e não o inverso.

---

<sup>10</sup> STIEGLER, Barbara. *Nietzsche et la biologie*. Paris: PUF, 2001.

Envolvida nesse processo, a escrita desta tese é cotidianamente tensionada por construções que navegam entre os processos macropolíticos e micropolíticos, que irrompem em alguns mecanismos e se assentam em outros. Deparo-me, o tempo todo, oscilando entre o encantamento com as forças de resistência, por um lado e, por outro, o espanto perante o congelamento, a massificação e a generalização.

Quando tudo paralisa, as brechas e as dobras advêm como cenas encantadoras de potência própria. Um exemplo disso foi uma experiência de trabalho no projeto realizado com prostitutas na fronteira Brasil-Bolívia. O deslocamento cotidiano produzido pelo encontro com as fronteiras configurou roteiros inesperados que me movimentaram geograficamente por diferentes territorialidades e culturas, mas que fundamentalmente produziram um movimento de forças mais que geográfico, sobretudo corpóreo, de aproximação com as pessoas que fazem parte dessas territorialidades.

O que essa realidade trouxe foram encontros *monstruosos*. Tocaram-me tão vertiginosamente que tomaram de assalto o percurso acadêmico até então trilhado e convocaram a necessidade de praticar uma outra política do conhecimento: pensar a partir do envolvimento real com os movimentos e sua singularidade, enquanto instrumento essencial da estratégia de resistência. Nessa luta de forças, se não houvesse abertura para as alteridades que confrontaram meu corpo, rapidamente poderia imperar o formato massificado, os mecanismos de “resolução de problemas”, os modelos pedagógicos – e tudo supostamente se “resolveria”. As negociações caminhariam e seu impacto no social viria respaldado pelos resultados de pesquisas comportamentais. Uma espécie de

conluio tautológico, por meio do qual se provaria a visão que já se tem sobre este terreno, a estigmatização das prostitutas seria reforçada e se adiaria mais uma vez o contato com as questões reais deste campo, agora recalcadas pela roupagem ideológica de estilo politicamente correto.

Aproximar esta rede de prostitutas e michês exige o deslocamento de um olhar que a vê como alteridade inacessível, para um mergulho e envolvimento com o cotidiano dessas vidas, em sua singular complexidade. Nesse processo, o tema que gostaria de investir, oscilou muitas vezes, já que sua origem jamais esteve associada a uma abstração designada pelo nome de “doutorado”, mas sim, no desafio diário de aproximação de realidades, corporeidades, cheiros, atmosferas de fumaça, álcool, *crack*.

De que universo estou falando? Da realidade, de nosso país, de nossas fronteiras, com a Bolívia, com a Colômbia, com o Paraguai, da fronteira entre o Pará e o Amapá; da fronteira sexo e prostituição; droga e prazer; de pessoas que vivem a vida informal no trabalho principal e nos “bicos”. Aqui, o trabalho oficial é ser prostituta e o bico é fazer “avião” e vender “CD pirata”.

Busquei a experiência vivida nos gestos de meu trabalho, possíveis por poder pensar e fazer sem necessariamente legitimar os atos por um viés conceitual único e restrito.

O desejo e o desafio era de produzir coletividade e mobilização micropolítica na realidade específica de um município de fronteira com a Bolívia, localizado no Mato Grosso do Sul, no Pantanal, distante 500 quilômetros da capital e muito próximo da realidade rural, já não tão próxima do cotidiano indígena, que ainda

marca as expressões faciais e a pele da população local, mas que não se presentifica na cidade, a não ser em uma ou outra exposição em eventos comemorativos.

Não-lugar, quente, úmido, militares por toda parte, cocaína por toda parte, bares por toda parte.. No relato das pessoas, encontramos lendas, encontramos desejos comuns, diálogos entrecortados.

Durante dois anos, pude respirar e transpirar esse cotidiano e a criação veio, junto com a vida em coletividade, com a luta diária para fugir do pedagógico e do educativo.

Já se passaram alguns anos dessa experiência. Posso dizer que foi ela que me ensinou a olhar, a escutar e a viver as diferentes realidades de nosso país, compreender que existem diferentes maneiras de promover mobilização comunitária em prol de uma micropolítica que pretende enfrentar as forças massificadoras da produção neoliberal.

Pouco a pouco, fui me dando conta que fazer resistência hoje também é estar nos espaços mais inesperados, na aproximação com o cotidiano de uma pequena cidade que carrega em sua história a produção do neoliberalismo enquanto potência de agregar comércio ao cenário natural e à sua potência de ser receptor comercial.

Essas vidas que encontramos ao longo da experiência nos exigiram um esforço sem tamanho para nos despiremos do gesto de ver as pessoas do lugar como vitrine para então mergulhar naquele cotidiano, assim todo o processo de criação se fez a muitas mãos e repleto de elementos daquele contexto.

Foram muitas as maneiras de inventar, mas sobretudo, o que fez a diferença foi a sutilidade com a qual cada pessoa envolvida no processo procurou incluir outras e assim sucessivamente.

Não poderíamos ser vitrinistas de um processo, olhar de passagem. Era preciso mergulhar naquele universo para se manter viva, afinal o circuito habitual da vida na capital estava um pouco deformado por aquela realidade. Diante de tal cenário, restava-nos colocar a intensidade do encontro para funcionar, ou, ser engolido pela falsa crença no processo pedagógico de transformação do mundo.

Ser devorada pela massificação era fácil, considerando que, para muitos parceiros, o que importava era ter uma cidade asséptica, livre de prostituição, livre de aids, livre de drogas, mas, evidentemente, essa *onda* não nos contagiou, não só pela fraqueza de sua justificativa, mas pelo ideário pobre de diversidade e pelo exercício de poder corrupto. Não foram poucas as vezes que as ameaças vieram por parte da saúde, por parte dos cafetões, mas foram muitas as vezes que a aliança com a comunidade se mostrou intransponível ao poder-sem-lei que impera nos universos considerados “terra de ninguém”.

A composição do projeto se deu por meio do máximo investimento na circulação, interação e mobilização de espaços de socialização para tratar de direitos, de prostituição, de arte, cultura e saúde. Ou seja, atuar juntamente com prostitutas e michês em espaços sociais considerados de impossível circulação para essas pessoas.

Pouco a pouco e, com muita resistência, encontramos parcerias e espaços possíveis para colocar nas ruas de Corumbá e nos espaços do governo um pouco



das vidas, dos problemas enfrentados e mais do que tudo, das possibilidades de construção de alianças para superar o estigma social.

Muitas mulheres, travestis e homens relataram a impossibilidade de circular pela cidade sem abordagens de restrição, violência física, xingamentos, ironias.

As putas ocuparam a casa de cultura da cidade e teceram diálogos em muitos espaços. Esse processo iniciado em 2003, continua, em 2010, cada vez mais forte para as prostitutas de Corumbá. Elas nunca mais pararam de sentir a cidade como lugar possível.

Começo a sentir que o tensionamento que percorre esse processo navega entre molar e molecular, entre a produção de movimentos de micropolítica e macropolítica.

No contexto da produção acerca dos entrelaçamentos entre a cooptação dos corpos para um viés comportamental em meio a redes de controle e o processo de conquista de visibilidade e direitos, podemos pensar que a ação micropolítica seria a aproximação com a presença viva das diferentes formas de expressão da sexualidade e as possibilidades de efetivar essa presença por meio da conquista de direitos e também da construção de um pertencimento justo no *corpus* social.

Quanto mais elementos são agregados à reflexão, mais percebo que o processo está circunscrito nos planos do “real visível e dizível”<sup>11</sup> mas também em “fluxos, intensidades e devires”.

É no entrelaçamento e no tensionamento entre processos micro e macropolíticos que a escrita deste trabalho parece fluir.

---

<sup>11</sup> Suely Rolnik. *Furor de Arquivo*. Texto apresentado em aula. São Paulo, março de 2009.

### 3. Biopolítica e tecnossexualidade

Peter Pelbart<sup>12</sup> em seu ensaio sobre biopolítica questiona por que razão Foucault introduz o tema da biopolítica justo na conclusão de sua obra sobre sexualidade. Segundo Pelbart, “a sexualidade encontra-se precisamente nesse entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações, a dos controles infinitesimais, o micropoder sobre o corpo e as medidas massivas, estimulações, estatísticas, intervenções que visam o corpo social como um todo. De fato, o sexo faz a ponte entre o corpo e a população, a tal ponto que o que era a sociedade do sangue, corresponde ao poder de soberania, na era do biopoder torna-se a sociedade do sexo. Ainda que encavalamentos diversos tenham mesclado os dois regimes, o do sexo e do sangue, como no nazismo.”

Nessa sociedade do sexo, promovida e produzida na era do biopoder, podemos notar que há uma proliferação dos discursos a respeito do sexo, uma ocupação incessante de análises sociais, políticas, legislativas a respeito de sua normatividade e de sua prática no conjunto das questões da vida cotidiana. Processos que operam mecanismos de controle e censura cada vez mais sofisticados no contexto da produção biopolítica.

As relações entre sexualidade e poder que estão na base do pensamento moderno, no momento atual, se entrelaçam com outros dispositivos, como por exemplo, as frentes religiosas que se auto-intitulam “pró-vida” mas lutam contra a

---

<sup>12</sup> PELBART, Peter. *Vida Capital. Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 58.

autonomia das mulheres utilizando-se de múltiplos mecanismos de articulação para que suas pautas sejam priorizadas nos espaços dos poderes Executivo e Legislativo.

Os entrelaçamentos dos dispositivos de biopoder instituídos na modernidade e suas variações chegam a nossas vidas por meio das posturas de ódio e intolerância nos diversos espaços de convívio social, onde as pessoas são agredidas pela sua orientação sexual, identidade de gênero e, no caso das prostitutas, pela sua profissão.

De acordo com Foucault<sup>13</sup>, em suas análises sobre o nascimento da biopolítica, é no contexto das transformações ocorridas na passagem para o século XIX, em que há a instalação de um novo direito de soberania, o direito de fazer viver e deixar morrer, que a sexualidade toma a linha de frente nos mecanismos relacionados ao desenvolvimento populacional.

Os mecanismos de operação da biopolítica seguem as transformações no nível das técnicas e tecnologias de poder, só que agora o centro da ação não será mais o corpo individual, mas sim a coletividade. Durante os séculos XVII e XVIII, tínhamos as técnicas de poder centradas no corpo individual. A partir da segunda metade do século XVIII, surge uma nova e mais sofisticada tecnologia de poder.

Essa nova tecnologia não exclui a técnica disciplinar, utiliza-se dela para operar em outro nível, em outra escala. Diferentemente do direcionamento ao corpo humano, ela se dirige ao ser vivo, atuando na multiplicidade do humano, na medida em que ele não se resume em corpos, mas na medida em que esses

---

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

formam uma grande massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, como por exemplo, o nascimento, a morte, a doença, a produção.

Para Foucault, o que temos aqui é uma segunda tomada de poder, que por sua vez não é individualizante, mas que é massificante, que se faz em direção não mais ao corpo, mas sim à espécie humana.

Então, o que vemos aparecer no fim do século XVIII é uma biopolítica da espécie humana, orquestrando um conjunto de processos ligados à proporção dos nascimentos e dos óbitos, controlando, por exemplo, a taxa de reprodução e fecundidade da população. Aqui, definiu-se o que até hoje se mantém em termos de controle do corpo das mulheres. Afinal, se a prioridade desse novo contexto é o controle da reprodução e da fecundidade, onde isso vai intervir?

Há a origem de uma prática médica que terá como função a higiene pública, que adquire o aspecto de campanha, de aprendizado da higiene e da medicalização da população.

Podemos pensar que essa lógica sustenta até hoje a atenção da saúde pública a grupos que foram fortemente tocados pela epidemia de aids, como os *gays* e as prostitutas, e que, de alguma maneira, isso contribui para a justificativa de que abordar o tema da orientação sexual nas escolas é fundamental para reduzir a vulnerabilidade dos jovens *gays* à infecção pelo HIV. No caso das prostitutas, porém, nem chega a se pensar que elas estão nas escolas. Esse é um dos motivos pelos quais precisamos rever as justificativas e os argumentos para a entrada em cena de diálogos e processos de formação na perspectiva dos

direitos. Quando se justifica a importância de se considerar a existência singular de determinados grupos em espaços comunitários e essa justificativa se dá por meio da sensibilização pela ocorrência de doenças e não pela possibilidade de existir outra lógica relacional e de orientação do desejo, se os processos continuarem funcionando nas bases higienistas e de controle, as questões centrais relacionadas à violência, intolerância, homofobia e outras serão adiadas, jogadas para debaixo do tapete.

Esse manejo biopolítico tem poder de interferir no conjunto de fenômenos universais e potencial de colocar indivíduos fora do circuito, fora da sociedade. É o que ocorreu, por exemplo, com as mulheres que até pouquíssimo tempo eram internadas em manicômios por terem comportamentos não correspondentes com o esperado para a sequência inevitável: casar com um homem, ter filhos, cuidar dos filhos e manter a lógica do desenvolvimento e controle populacional em seu fluxo regular. Em muitas publicações<sup>14</sup> sobre o processo de internação psiquiátrica no Brasil, pode-se encontrar relatos de histórias de internação de mulheres que não necessariamente haviam sido diagnosticadas pela sua necessidade de atenção em saúde, mas sim pelo seu estilo de vida. E hoje, de alguma maneira, mesmo com o processo de fechamento dos manicômios, não são raros os casos de jovens lésbicas que são expulsas de casa pela família, das escolas e de seus trabalhos.

---

<sup>14</sup> Um exemplo é o estudo sobre o hospício Juquery e a psiquiatria paulista do final do século XIX até a década de 1930, realizado por Maria Clementina Pereira Cunha. Nele, a autora identifica as relações com a problemática urbana, percebendo as práticas psiquiátricas concretas e cotidianas no âmago da relação asilar, enquanto instrumento disciplinante. Ref. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder. Temos um novo corpo, múltiplo, numerável. É a população como problema político, a um só tempo científico e político, biológico e de poder.

Essa tecnologia sobre a população exerce um poder contínuo e uma regulamentação. Esses dois movimentos consistem nas premissas do “fazer viver” e do “deixar morrer”.

Nesse contexto, é importante pensarmos por que a sexualidade se tornou no século XIX um campo importante. De um lado, enquanto comportamento corporal, ela foi instrumentalizada de controle individual em forma de vigilância permanente. Exemplos disso são os famosos controles da masturbação no espaço escolar e familiar. Outro aspecto é aquele pelo qual se liga os efeitos da sexualidade à procriação. Ela está exatamente na encruzilhada entre o corpo e a população, depende da disciplina e da regulamentação.

Como contextualiza Beatriz Preciado<sup>15</sup>, Foucault tinha intuído a centralidade do sexo e da sexualidade na moderna arte de governar a vida. Dos processos de histerização do corpo feminino à pedagogia do sexo das crianças, a regulação das condutas de procriação e a psiquiatrização de prazeres perversos serão, para ele, os exemplos desse projeto a que ele caracteriza, não sem ironia, como um processo de modernização da sexualidade.

Preciado denomina sexopolítica<sup>16</sup> a forma dominante da ação biopolítica emergente do capitalismo disciplinar que incide sobre a sexualidade. Segundo ela, o sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização, a

---

<sup>15</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit.

<sup>16</sup> PRECIADO, Beatriz. *Multitudes queer. Multitudes*, num 12, Paris, 2002, p. 17 a 25.

sexualidade, os modos normais e patológicos de prazer e a raça, sua pureza, ou sua degeneração, são ficções somáticas que obsediam o mundo ocidental a partir do século XIX até constituir o horizonte de toda a ação teórica científica e política contemporânea. São ficções somáticas, não porque não tenham realidade material, senão porque sua existência depende do que Butler chamou de *a repetição performática*<sup>17</sup>, ou seja, de processos de construção política.

Assim, no interior das formas de produção e controle disciplinares, a *sexopolítica* se destaca como um dos modos dominantes da ação biopolítica no fim do século XIX.

O sexo passa a formar parte dos cálculos do poder de modo que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normalização das identidades sexuais se transformam em agentes de controle e modelização da vida.

Em meados do século XIX, inventam-se as identidades sexuais e sua classificação taxionômica e psicopatológica, cria-se até enciclopédia sobre sexualidades normais e perversas. As identidades sexuais viram objeto de vigilância e repressão, e, no final do século XIX, espalham-se pela Europa as leis de criminalização da sodomia. Temos a codificação visual da “diferença sexual” como verdade anatômica: as trompas de falópio, as glândulas de bartoli e o clitóris. Assim, seguindo a análise de Beatriz Preciado, uma das diferenças políticas constitutivas do Ocidente (ser homem ou ser mulher) se resolve em uma equação banal: ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento.

---

<sup>17</sup> BUTLER, Judith. *El género en disputa. El Feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

São realizados experimentos de inseminação artificial em animais; intervêm-se com a ajuda de instrumentos mecânicos sobre a produção do prazer feminino. Enquanto que, por um lado, proíbe-se e controla-se a masturbação, por outro, medicaliza-se o orgasmo feminino entendido como crise histérica. Mecaniza-se e domestica-se o orgasmo masculino por meio de uma incipiente codificação pornográfica. A maquinaria está pronta, o corpo dócil ou raivoso preparado.

Beatriz Preciado<sup>18</sup> propõe a denominação de “império sexual” a esse sistema de construção biopolítica que tem como centro somático de invenção e controle da subjetividade o “sexo” do indivíduo moderno.

Segundo ela, a *sexopolítica* disciplinar ocidental do fim do século XIX e de boa parte do século XX não pode reduzir-se a uma regulação das condições de reprodução da vida, nem aos processos biológicos que “dizem respeito à população”.

O corpo heterossexual, um dos artefatos com mais êxito governamental da sexopolítica do século XIX, é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão se define com respeito a sua função, tanto reprodutora quanto produtora de masculinidade ou feminilidade, de normalidade ou de perversão.

Uma sexualidade implica uma territorialização precisa da boca, da vagina, da mão, do pênis, do cu, da pele. Beatriz Preciado retoma a questão do pensamento hetero, elaborada por Monique Wittig<sup>19</sup> nos anos 1980, e afirma que isso é um regime político, não da prática sexual, senão daquilo que assegura a relação

---

<sup>18</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit.

<sup>19</sup> WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.



estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos em detrimento de outros, como órgãos sexuais e reprodutivos. Ela afirma que boa parte deste trabalho disciplinar consistirá em extrair o cu dos circuitos de produção de prazer. Preciado resgata uma passagem do *Anti-Édipo*<sup>20</sup>: “O cu é o primeiro órgão privatizado, colocado fora do campo social, aquele que serviu como modelo de toda a posterior privatização, ao mesmo tempo que o dinheiro expressava o novo estado de abstração de fluxos”.

O cu, como centro de produção de prazer (neste sentido, próximo da boca ou da mão, órgãos que serão também fortemente controlados pela regulação sexopolítica decimonônica anti-masturbação e anti-homossexualidade) não tem gênero, nem masculino, nem feminino, produz um curto-circuito na divisão sexual, é um centro de passividade primordial, lugar abjeto por excelência, próximo do detrito e da merda, esgoto universal.

Para Preciado, o Ocidente desenhou um tubo com dois orifícios – uma boca emissora de signos públicos e um cu impenetrável – e enrola em torno deles uma subjetividade heterossexual que adquire *status* de corpo social privilegiado.

Até o século XVII, a epistemologia sexual está determinada por um sistema de semelhanças<sup>21</sup>, no qual a anatomia feminina é considerada uma variação débil, interiorizada e degenerada do sexo masculino. Os ovários são entendidos como testículos interiorizados e a vagina como um pênis invertido que serve de receptáculo ao sexo masculino.

---

<sup>20</sup> GILLES, D. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Portugal: Assirio e Alvim, 1996.

<sup>21</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit.

Preciado acompanha a análise de Laqueur que define essa epistemologia sexual como um modelo monossexual (masculino) do qual surgem duas expressões sociais e políticas hierarquicamente diferenciadas “o homem, regra do humano”, e “a mulher, receptáculo reprodutivo”. Aqui, a definição do sexo depende não só da morfologia exterior dos órgãos sexuais, senão e sobretudo da capacidade reprodutiva e de papel social.

Assim, por exemplo, uma mulher barbada, capaz de gestar e amamentar seu filho, independente da forma e tamanho da sua vulva e seu clitóris, será considerada mulher.

A partir do século XVIII, a epistemologia visual que rege a *sexopolítica* moderna, se seguirmos a análise de Laqueur, depende de um sistema de oposições e já não mais de semelhanças. Desenha-se uma nova anatomia sexual na qual o sexo feminino já não é uma inversão ou uma interiorização do sexo masculino, senão um sexo inteiramente diferente, cujas formas e funções respondem a uma lógica própria. Laqueur chega a afirmar que, no despertar da modernidade e do capitalismo, é preciso inventar uma estética da diferença sexual, porque a hierarquia política entre homens e mulheres começa a ser questionada. Desse modo, a nova verdade anatômica vem operar aqui como legitimação da organização política do social. Este regime *sexopolítico* se abre com a invenção do sujeito sexual através da patologização da masturbação .

Essa sociedade, segundo Preciado, será uma sociedade dominada pela diferença sexual e pela produção do indivíduo como possuidor de uma identidade e de uma única verdade sexual.

Por que somente cuidamos de nós mesmos através da preocupação com a verdade? O que fez com que toda uma cultura passasse a girar em torno dessa obrigação de verdade? Que relações mantivemos com a verdade através do saber científico? Quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? Que relações mantivemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo?

Michel Foucault, em seu trabalho de pesquisa sobre a história da sexualidade<sup>22</sup>, problematiza aquilo que Freud se perguntava sem cessar: O que é o desconhecimento de seus próprios desejos? Para Foucault, tratava-se não de um desconhecimento, mas sim, de um outro fenômeno, quase oposto à movimentação da psicanálise, que ele chamou de supersaber. Isto é, um saber excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas.

Um processo histórico no qual a cultura ocidental fora surpreendida por uma espécie de desenvolvimento, de hiper desenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência sobre a sexualidade, do saber sobre a sexualidade.

Para Foucault, talvez fosse possível dizer que havia, nas sociedades ocidentais do final do século XIX, um duplo fenômeno muito importante: o primeiro, mais

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.  
FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal: 1998.  
FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal: 1985.

geral, situado no nível dos indivíduos, que seria o descobrimento pelo sujeito de seu próprio desejo (fenômeno manifestado especialmente na histeria); o outro, de supersaber cultural, social, científico e teórico da sexualidade. Uma questão importante nessa análise é que os dois movimentos não são contraditórios, eles coexistem efetivamente no Ocidente, e um dos problemas é certamente saber de que modo, em uma sociedade como a nossa, é possível haver uma produção analítica sobre a sexualidade no plano cultural geral e, ao mesmo tempo, um desconhecimento do sujeito a respeito de sua sexualidade. Por um lado, a ligação com o espetáculo e, por outro, a ausência completa de possibilidades de reconhecimento da sexualidade em sua interação com a política, a autonomia e os direitos, causando impactos negativos.

Os psicanalistas abordaram o saber sobre a sexualidade por duas vias: tomando-a como ponto de partida, como matriz, de qualquer forma de saber sobre a sexualidade, as famosas teorias que as crianças inventam a respeito de seu nascimento, a respeito do fato de elas terem ou não um sexo masculino, sobre a diferença entre meninos e meninas; ou ainda, tentou abordar o saber sobre a sexualidade em psicanálise a partir dos grandes mitos da religião ocidental.

Segundo Foucault, o que os psicanalistas não levaram muito a sério foi o problema da produção de teorias sobre sexualidade na sociedade ocidental. E é justamente essa produção maciça que remonta há muito tempo e vem de muito longe, pelo menos desde Santo Agostinho, desde os primeiros séculos cristãos, é um fenômeno a ser levado a sério, e que não pode ser reduzido simplesmente a esses modelos que podem ser uma mitologia, um mito ou uma teoria fantástica.

O projeto de Foucault foi de estudar em suas origens e formas próprias a superprodução de saber sociocultural sobre a sexualidade, e, por outro, tentar verificar em que medida a própria psicanálise faz parte dessa grande economia da superprodução do saber crítico a respeito da sexualidade.

A história da sexualidade no Ocidente é a história daquilo que Foucault chamou de *scientia sexualis*. Uma interdição do saber que incide sobre a sexualidade das pessoas, e não sobre o prazer delas, algo que se resume em qual é a verdade dessa coisa que, no indivíduo, é seu sexo ou sua sexualidade: verdade do sexo, e não intensidade do prazer.

Trata-se de uma tentativa de retomar o problema do saber sobre a sexualidade a partir não do desconhecimento pelo sujeito de seu próprio desejo, mas da superprodução de saber social e cultural, o saber coletivo sobre a sexualidade.

O ponto culminante das tecnologias rígidas e pesadas de produção de identidade sexual se alcançará em torno de 1868, momento da patologização da homossexualidade e da normalização burguesa da heterossexualidade.

De acordo com Preciado, o produto da reprodução pertencerá à paterfamília e por extensão ao estado e a deus. Portanto, o aborto e o infanticídio pós-parto serão vigiados e severamente castigados pela lei.

Dentro desse sistema, é considerada monstruosidade (violação das leis da natureza) ou perversidade (violação das leis morais) a divergência corporal frente à norma (tamanho e forma dos órgãos sexuais, dos pelos faciais, forma e tamanho dos seios).

Aparecem também as diferenças opostas entre homossexualidade e heterossexualidade, entre sadismo e masoquismo, entre normalidade e perversão. Aquilo que até agora eram simples práticas sexuais se transformam em identidades e condições políticas que devem ser estudadas, repertoriadas, perseguidas, castigadas, curadas. Inventam-se, assim, a criança masturbadora e o monstro sexual. Cada corpo, diz Foucault, vira “indivíduo” que é necessário corrigir. A mulher barbada, sob esta nova visão *epistemossexual*, converte-se em objeto de observação científica ou de espetáculo circense. Esse duplo movimento, vigilância médico-jurídica e espetacularização midiática, exacerbado através de técnicas informáticas e digitais de visão e difusão de informação será uma das características do regime *farmacopornográfico* que começa a sua expansão em meados do século XX.

Segundo Beatriz Preciado, os dispositivos sexopolíticos disciplinares que acompanham esta nova estética da diferença sexual e das identidades sexuais são técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo.

Agrupam-se aqui atlas de anatomia sexual, tratados de maximização dos recursos naturais em função do crescimento da população, textos jurídicos sobre a penalização do travestismo ou da sodomia. Amarram a mão da criança masturbadora na cama, ferros separam as pernas da jovem estérica, filmes sobre os quais se inscrevem as imagens fotográficas do cu dilatado do homossexual passivo, camisas de força que sujeitam o corpo indomável da mulher masculina.

Encontramo-nos frente a sistemas duros e externos de produção da subjetividade. São ortopedias políticas de exoesqueletos disciplinares. Esses dispositivos de produção da subjetividade sexual tomam a forma de arquiteturas exteriores ao

corpo. O modelo dessas técnicas de subjetivação, seguindo Foucault, poderia ser a arquitetura da prisão (em particular o panóptico), do asilo, ou da caserna. Se pensamos em dispositivos de subjetivação *sexopolítica*, teríamos de falar mais da expansão tentacular da arquitetura doméstica, da divisão entre privado e público, mas também dos dispositivos ginecológicos e a invenção da ortopedia sexual (o *corselet*, o espéculo e o vibrador médico) e de novas técnicas midiáticas de controle e representação (fotografia, cinema, pornografia incipiente) do desenvolvimento das técnicas psicológicas de introspecção e confissão, da gestão do comércio sexual paralela ao controle doméstico heterossexual, por meio dos bordéis metropolitanos ou dos bordéis coloniais.

De acordo com Preciado, Foucault parece passar por alto um conjunto de transformações profundas das tecnologias de produção de subjetividade que se sucedem a partir da Segunda Guerra Mundial e que, para ela, obrigam-nos a conceitualizar um terceiro regime de subjetivação, um terceiro sistema de saber e poder, nem soberano, nem disciplinar, nem pré-moderno, nem moderno, um regime que tenha em consideração o impacto das novas tecnologias do corpo na construção da subjetividade. Deleuze, inspirando-se em Burroughs, chamou de sociedade de controle esse novo mecanismo da organização do social que deriva do controle biopolítico. Ela prefere denominá-la, lendo Burroughs com Bukowski, sociedade *farmacopornográfica*.

Um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia) e de representação (fotografia, cinema, tv, cibernética) surge após a Segunda Guerra Mundial. Essas tecnologias se infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca o tinham feito antes. São tecnologias biomoleculares,

digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. É a era de tecnologias brandas, ligeiras, viscosas, de tecnologias gelatinosas, injetáveis, aspiráveis, incorporáveis.

Na sociedade *farmacopornográfica*, as tecnologias entram e formam parte do corpo, diluem-se nele, convertem-se em corpo. Aqui, a relação corpo e poder se volta tautológica: a tecnopolítica toma a forma do corpo, incorpora-se. Um primeiro signo de transformação do regime de somatopoder em meados do século XX será a eletrificação, a digitalização e a molecularização desses dispositivos de controle e produção da diferença sexual e das identidades sexuais.

Pouco a pouco, os mecanismos ortopédico-sexuais e arquetônicos-disciplinares se veem absorvidos por técnicas microinformáticas, farmacológicas e audiovisuais ágeis e de transmissão rápida.

Segundo Preciado “... na sociedade farmacopornográfica o modelo de ação sobre o corpo é a *microprotética*: o poder atua através de uma molécula que vem a fazer parte do nosso sistema imunológico, do silicone que toma a forma de seios, de um neurotransmissor que modifica nossa forma de perceber e atuar, de um hormônio e suas ações sistêmicas sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade ou a decodificação social de nossa feminilidade e masculinidade.”<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit. Tradução livre do original: “...en la sociedad farmacopornográfica el modelo de acción sobre el cuerpo es la microprotética: el poder actúa a través de una molécula que viene a formar parte de nuestro sistema inmunitario, de la silicona que toma la forma de senos, de un neurotransmisor que modifica nuestra forma de percibir y actuar, de una hormona y su acción sistémica sobre el hambre, el sueño, la excitación sexual, la agresividad o la decodificación social de nuestra feminidad y masculinidad.”



Beatriz Preciado conclui sua história da tecnossexualidade afirmando que o próprio das novas tecnologias brandas de microcontrole é tomar a forma do corpo que controlam, transformarem-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele. O corpo é a estrutura biomolecular e orgânica dos sistemas de controle.

#### **4. Nem homens, nem mulheres**

As figuras classificáveis a partir dos gêneros funcionam segundo uma lógica binária de oposições e contradições. Essa lógica opera uma guerra entre identidades sexuais, seja no plano visível, a partir da militância de movimentos específicos, seja no plano invisível, onde os processos de existência e o corpo podem entrar em colapso na medida em que o que está posto não representa o que se vivencia no plano sensível. O registro dessa lógica binária não agrega nada ao que subjetivamente se vive. A desestabilização das figuras e dos quadros classificatórios desenha novas composições, novos arranjos, delineam formas possíveis e múltiplas.

A respeito dessa desestabilização Suely Rolnik diz que “No invisível, a infinitude do processo de produção de diferenças; no visível, a finitude das figuras nas quais os personagens se reconhecem, com suas identidades e seus gêneros. É notório o mal-estar que tal disparidade mobiliza: há sempre um ou mais personagens tomados por um estranho estado de desterritorialização, como que perdidos numa terra desconhecida sem, no entanto, sequer ter saído do lugar.”<sup>24</sup>

Se pensarmos em termos de devir, em termos de processos, o perigo que a estatização das reivindicações por equidade tem feito é uma completa alienação e generalização das possibilidades de existir a partir dos arranjos possíveis que um corpo e uma vida podem experimentar.

---

<sup>24</sup> Suely Rolnik. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. São Paulo, 1996.

Judith Butler<sup>25</sup> pergunta se há algum ser humano que chegue a ser de seu gênero antes de chegar a ser de seu gênero. E ainda – questiona ela – como se chega a ser de um gênero? Qual é o momento ou mecanismo de construção do gênero? Quando esse mecanismo chega ao cenário cultural para transformar o sujeito humano em um sujeito com gênero?

Há uma relação direta entre a *forma humana* e a determinação de gênero. Essa determinação aparece justamente para que os corpos sejam considerados corpos humanos, o momento em que um bebê se humaniza é quando se responde à pergunta “é menino ou menina?”.

As figuras corporais que não cabem em nenhum dos gêneros caem fora do humano e, de fato, constituem o campo do desumanizado e do abjeto contra o qual se constitui em si o humano. Se o gênero sempre está aí, delimitando por antecipação o que entra no humano, como podemos falar de um humano que se torna de seu gênero? Como se o gênero fosse um pós-dado ou algo que lhe acontece a partir da cultura.

Na leitura que Butler faz do artigo de Monique Wittig "*One is not Born a Woman*", ela identifica questões da obra de Wittig que remetem a Simone de Beauvoir e, ao mesmo tempo, separam-se dela. A categoria de sexo não é nem invariável, nem natural, mas um uso especificamente político da categoria de natureza que serve aos propósitos da sexualidade reprodutiva. Em outras palavras, não há razão para dividir os corpos humanos em sexo masculino e sexo feminino a não ser que tal divisão seja útil para as necessidades econômicas que determinam a heterossexualidade e que dá um brilho naturalista a esta instituição. Portanto,

---

<sup>25</sup> Idem, Judith Butler, op. Cit.

para Wittig não há nenhuma distinção entre sexo e gênero. A categoria de sexo é em si uma categoria com gênero, investida por completo e politicamente naturalizada, mas não natural.

Uma mulher, para Wittig, somente existe como um termo que estabiliza e consolida uma relação binária e de oposição com um homem. Essa relação seria a heterossexualidade. Uma mulher que gosta de mulher, por exemplo, ao rechaçar a heterossexualidade, já não se define em termos dessa relação de oposição. É uma relação que transcende a oposição binária entre mulher e homem, não é nem mulher nem homem; mas, sobretudo, não tem sexo; está para além das categorias de sexo. Mediante o rechaço dessas categorias, é possível reconhecer a constituição cultural contingente e a suposição tácita da matriz heterossexual que elas implicam. Assim, poderíamos dizer que, a partir de Beauvoir, para Wittig, não se nasce mulher, torna-se. Mas, além disso, não se nasce do gênero feminino, torna-se. E ainda mais radicalmente, caso quisesse, poderia não se tornar nem de gênero feminino, nem masculino; nem mulher, nem homem.

A partir da leitura de Beatriz Preciado<sup>26</sup> gostaria de desenvolver uma reflexão sobre a invenção da categoria de gênero como indício *da emergência* do que ela denomina *de novo regime farmacopornográfico da sexualidade*.

Para Preciado, a categoria de gênero não advém da agenda feminista dos anos 1960. Ela pertence ao discurso biotecnológico dos anos 1940. O gênero, a masculinidade e a feminilidade são invenções da segunda guerra mundial, que

---

<sup>26</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit.

conheceram sua plena expansão comercial durante a guerra fria, tanto quanto as outras criações biotecnológicas desse período.

Esse novo modelo não se caracteriza simplesmente pela transformação do sexo em objeto de gestão política da vida, mas, sobretudo, pelo feito de que essa gestão se opera por meio das novas dinâmicas do tecno-capitalismo avançado.

John Money, psicólogo infantil encarregado do tratamento de bebês intersexuais, utiliza pela primeira vez a noção de gênero em 1947, de modo a opor a rigidez imposta ao sexo no século XIX e trazer a plasticidade tecnológica. Ele a desenvolve clinicamente, juntamente com Anke Ehrardt e Joan y John Hampson, para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não pode classificar como somente femininos ou masculinos.

Quando ele utiliza a noção de gênero para nomear o “sexo psicológico” pensa sobretudo na possibilidade de modificar o corpo segundo um ideal regulador preexistente que prescreve como deve ser um corpo humano feminino ou masculino.

Se no sistema disciplinar o sexo era tido como natural, definitivo, intransferível e transcendental, o gênero aparece agora como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido tecnicamente.

Para Preciado, é curioso que o feminismo dos anos 1970 tenha retomado a noção de gênero para fazer dela um instrumento de reivindicação de igualdade de

direitos. Neste momento, a dimensão de produção técnica do gênero se perderá em benefício de um construtivismo cultural *light*.

Seguindo a revisão de Preciado, o gênero aparecerá, de forma progressiva, nos textos iniciais de Margaret Mead, Mary MacIntosh ou Ann Oakley, como a “construção social e cultural da diferença sexual”, gerando dois riscos residuais, cujos efeitos seguem presentes nas atuais “políticas de gênero” de caráter estatal.

O sexo entendido biologicamente não está sujeito à construção cultural, enquanto que o gênero enuncia, especialmente, a diferença social, cultural e política das mulheres em uma sociedade e num momento histórico determinado. Colocou-se aqui um falso problema que levou o feminismo, enquanto movimento e produção acadêmica, à rua sem saída dos debates marcados pelo par essencialismo - construtivismo, de onde decorre a construção de políticas estatais capazes de recuperar a retórica feminista como parte de um programa mais amplo de controle social.

Para Preciado, Teresa de Lauretis é, junto com Judith Butler e Denise Riley, uma das primeiras teóricas que a partir dos anos 1980 vão examinar o marco epistemológico que opera nos discursos feministas. É possível falar de “teoria” feminista, nos adverte De Lauretis, somente quando essa interroga seus próprios fundamentos e interpretações críticas, seus termos, suas práticas linguísticas e de produção de visibilidade.

De Lauretis questiona qual é o sujeito político que o feminismo como discurso e prática de representação produz. Sua conclusão é que o feminismo funciona ou pode funcionar como um instrumento de normalização e de controle político se

reduzir seu sujeito às “mulheres”. Sob a aparente neutralidade e universalidade do termo “mulher” oculta-se uma multiplicidade de vetores de produção de subjetividade: em termos de raça, de classe, de sexualidade, de idade, de diferença corporal, geopolítica etc. Para De Lauretis, o sujeito do feminismo não coincide com “as mulheres”, apresenta-se como uma força de deslocamento, como uma prática de transformação da subjetividade.

De meu ponto de vista, se por um lado o que importa é a força de deslocamento, todo o contrário de uma suposta identidade, por outro lado, seria interessante considerar, de forma mais radical, que tal força não é própria de um suposto feminino, mas daquilo que coloca em xeque a lógica da subjetividade burguesa, na qual se engendram as figuras tanto do feminino quanto do masculino.

A máquina cinematográfica e seus modos específicos de registro, projeção, montagem, significação e descodificação serviram a De Lauretis como modelo para pensar a subjetividade sexual e de gênero. De acordo com Preciado, o sistema farmacopornográfico – seguindo De Lauretis – funciona como uma máquina de representação somática, de onde texto, imagem e corporalidade fluem no interior do circuito cibernético. O gênero nesta interpretação semiótico-política de De Lauretis é o efeito de um sistema de significação, de modos de produção e de descodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados.

O sujeito é, ao mesmo tempo, um produtor e um intérprete de signos, sempre implicado em um processo corporal de significação, representação e auto-representação. O gênero é uma construção sociocultural, uma representação, o efeito do cruzamento das representações discursivas e visuais que emanam dos

diferentes dispositivos institucionais: a família, a religião, o sistema educativo, os meios de comunicação, a medicina ou a legislação, mas também, de fontes menos evidentes, como a linguagem, a arte, a literatura, o cinema e a teoria.

De Lauretis propõe como campo possível de trabalho, a análise das diferentes “tecnologias de gênero” que operam socialmente, produzindo, sempre de forma precária, sujeitos de enunciação e de ação. É a subjetividade em seu conjunto o que se produz nos circuitos tecnológicos e orgânicos codificados em termos de gênero, de sexo, de raça, de sexualidade através dos quais circula o capital farmacopornográfico.

Para Preciado, o gênero, como a pílula, não emerge do discurso feminista, mas sim, dos laboratórios do sistema farmacopornográfico, e que hoje é amplamente difundido nas políticas públicas como uma abordagem necessária para promover equidade entre homens e mulheres (o que vigora no Brasil particularmente). Isso faz com que toda a crítica e as questões mais complexas do sistema que reproduz categorias fiquem de fora da reflexão coletiva e das práticas sociais, de saúde e de educação.

Para Preciado, o negócio do *farmacopoder* são as tecnologias de gênero, de sexo, de sexualidade e de raça. Tecnologias de produção somática e de suas ficções.

“Enquanto Money trafica o gênero dos bebês até restituir seus ternos corpos em sexo masculino ou sexo feminino, o doutor Harry Benjamin administra estrógenos e testosterona em um novo tipo de paciente da medicina estatal, um paciente adulto que diz não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído no momento



do nascimento. Surge assim, no meio da guerra fria, uma nova distinção ontológica-sexual entre os homens e mulheres “bio”, aqueles que conservam o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, e os homens e mulheres “trans” ou “tecno”, aqueles que partiram para as tecnologias hormonais, cirúrgicas e/ou legais para mudar essa atribuição.”<sup>27</sup>

A distinção entre bio-homem/bio-mulher e trans-homem/trans-mulher aparece no final do século XX nas comunidades transexuais dos Estados Unidos e da Inglaterra, mais *sexotecnificadas* e mais organizadas politicamente que em outros países da Europa ou do Oriente, para denominar aquelas pessoas que se identificam com o sexo que lhe foi definido no momento do nascimento (bio) e aquelas que contestam a definição e desejam modificá-la com a ajuda de procedimentos técnicos, prostéticos, performativos e/ou legais (trans).

De acordo com Preciado, ambos os estatutos de gênero (bio ou trans) são tecnicamente produzidos, ambos dependem de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comum.

A diferença entre um e outro depende da resistência à norma, da consciência dos processos técnicos de produção de masculinidade e feminilidade, e do reconhecimento social no espaço público. Não há um juízo de valor implícito: o gênero trans não é melhor nem mais político que o gênero bio.

---

<sup>27</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit. Tradução livre de: “Mientras Money trafica el género de los bebés hasta restituir sus tiernos cuerpos en sexo masculino o sexo femenino, el doctor Harry Benjamin administra estrógenos y testosterona a un nuevo tipo de paciente de la medicina estatal, un paciente adulto que dice no identificarse con el género que fue asignado en el momento del nacimiento. Surge así, en medio de la guerra fría, una nueva distinción ontológico-sexual entre los hombres y mujeres “bio”, aquellos que conservan el género que les fue asignado en el momento del nacimiento, y los hombres y las mujeres “trans” o “tecno”, aquellos que apelarán a las tecnologías hormonales, quirúrgicas y/o legales para modificar esa asignación.”

Nem os critérios visuais que regem a definição de sexo no nascimento, nem os critérios psicológicos que fazem com que alguém se considere “interiormente” como homem ou mulher tem realidade material. Ambos são ideais reguladores, ficções políticas.

Judith Butler definiu o gênero como um sistema de regras, convenções, normas sociais e práticas institucionais que produzem performativamente o sujeito que pretendem descrever.

Ela identificou o gênero não como uma essência ou uma verdade psicológica, mas como uma prática discursiva e corporal performativa por meio da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político.

Assim, para Preciado, a noção de gênero inventada por Money é, antes de tudo, um instrumento de racionalização do ser vivo onde o corpo é tão somente um dos parâmetros. Gênero é uma noção necessária para o aparecimento e desenvolvimento de uma série de técnicas farmacopornográficas de normalização e transformação do ser vivo – como a fotografia dos “desviados”, a identificação celular, a análise e terapia hormonal, a leitura cromossômica ou a cirurgia transexual e intersexual. Por isso, ela propõe o termo “tecnogênero” para dar conta do conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas que constituem performativamente a materialidade dos sexos.

A imagem, antes do aparecimento e aperfeiçoamento das técnicas hormonais e cirúrgicas, será crucial para a produção do novo sujeito sexual e da sua verdade visual. O processo de produção da diferença sexual através de técnicas de

representação do corpo já havia começado no século XVII com o desenho anatômico e pornográfico. Com a fotografia, ganha realismo visual.

Os órgãos sexuais são expostos à vista fotográfica por uma mão externa. A verdade do sexo toma aqui o caráter de uma revelação visual, processo no qual a fotografia participa como um catalisador ontológico que explicita uma realidade que não poderia manifestar-se de outra maneira. Um século depois, em 1980, a antropóloga Susan Kessler denunciara os códigos estéticos, por exemplo, tamanho e forma do pênis ou do clitóris que dominam os protocolos médicos de definição dos sexos dos bebês no momento do nascimento em nossa sociedade. Se esses códigos visuais parecem não ter se modificado excessivamente desde o final do século XIX, as atuais possibilidades técnicas de modificação do corpo introduzem diferenças substanciais no processo de definição e produção da feminilidade e masculinidade. O processo de normalização (definição e redefinição) que antes só podia realizar-se por representação discursiva ou fotográfica se inscreve agora na estrutura mesma do ser vivo pelas técnicas cirúrgicas e endocrinológicas.

Assim, se um bebê nasce com um pênis que, de acordo com estes critérios somáticos, políticos e visuais aparece como excessivamente pequeno, o chamado micropênis, será amputado e os genitais reconstruídos em forma de vagina e se aplicará uma terapia de substituição hormonal a base de estrógenos e progesterona para assegurar que seu desenvolvimento sexual exterior seja identificável como feminino.

Diferentes das técnicas de normalização do corpo desenvolvidas pelos sistemas disciplinares, as técnicas de gênero do biocapitalismo farmacopornográfico são flexíveis, internas e assimiláveis.

Para Preciado, o gênero do século XXI funciona como um dispositivo abstrato de subjetivação técnica: “se bate, se corta, se cita, se imita, se engole, se injeta, se enxerta, se digitaliza, se copia, se desenha, se compra, se vende, se modifica, se hipoteca, se tranfere, se *download*, se aplica, se transcreve, se falsifica, se executa, se certifica, se permuta, se dosifica, se administra, se extrai, se contrai, se subtrai, se nega, se renega, se trai.”<sup>28</sup>

O regime farmacopornográfico da sexualidade não pode funcionar sem a circulação de uma enorme quantidade de fluxos semióticos e técnicos: fluxos de hormônios, fluxos de silicone, fluxos digitais, textuais e da representação. Nessa economia política do sexo, a normalização da diferença depende do controle da reapropriação e do uso desses fluxos de gêneros. A cartografia sexual do Ocidente, a partir do final da segunda guerra mundial com sua perene divisão sexual e sua classificação de sexualidades normais e desviadas, depende da gestão legal e mercantil das moléculas que dominam a produção dos fenótipos (signos externos) que culturalmente reconhecemos como femininos e masculinos, normais ou desviantes, sexuais ou neutros (por exemplo, o pelo facial, o tamanho e forma dos genitais, o tom da voz etc), da gestão tecnopolítica da reprodução da espécie, do controle farmacológico de nossos sistemas imunológicos e de sua resistência à agressão, à doença e à morte.

---

<sup>28</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit.

Aqui, a mesma mulher barbada que no sistema *sexodisciplinário decimonônico* tinha sido considerada como uma anomalia monstruosa, cujo corpo se tinha feito visitável dentro dos cânones espetaculares do circo e dos shows de aberração, converte-se, no sistema farmacopornográfico, em um caso clínico e, portanto, em potencial usuária do sistema de saúde e em consumidora de moléculas de fabricação técnica destinadas a normalização hormonal (androcúra para neutralizar sua produção de testosterona). Se seu lugar era antes o circo ou a obscuridade, hoje é a clínica estética com suas técnicas cosméticas de depilação e regulação do crescimento dos pelos faciais. O gênero (feminilidade/masculinidade) não é nem um conceito, nem uma ideologia, nem uma performance. É uma ecologia política.

A certeza de ser homem ou mulher é uma ficção *somaticopolítica* produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas, funcionando como filtros que produzem distorções permanentes da realidade que nos rodeia.

O gênero opera como um programa por meio do qual se produzem percepções sensoriais que tomam a forma de afetos, desejos, ações, crenças, identidades. Um dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do eu sexual que aparece como uma realidade emocional evidente à consciência. “Sou homem”, “sou mulher”, “sou heterossexual”, “sou homossexual” são algumas das formulações que condensam saberes específicos produzidos por tais tecnologias e que as reafirmam, atuando como núcleos biopolíticos e simbólicos duros em torno dos

quais é possível aglutinar todo um conjunto de práticas e discursos. A testosterona corresponde, junto com a oxitocina, a serotonina, a codeína, a cortisona, o estrógeno, o omeprazol, ao conjunto de moléculas disponíveis hoje para fabricar a subjetividade e seus afetos.

Para Preciado “Estamos equipados tecnobiopoliticamente para foder, reproduzir-nos ou controlar tecnicamente a possibilidade da reprodução. Vivemos sob o controle de tecnologias moleculares, de camisas de força hormonais destinadas a manter as estruturas de poder de gênero... Violência de gênero=violência do sistema de gênero.”<sup>29</sup>

Fora destas ecologias somáticas e políticas que regulam o gênero e a sexualidade não há nem homens nem mulheres, do mesmo modo que não há nem heterossexualidade nem homossexualidade.

---

<sup>29</sup> Ibidem, Beatriz Preciado, op. Cit. Tradução livre de: “Estamos equipados tecnobiopolíticamente para follar, reproducirnos o controlar técnicamente la posibilidad de la reproducción. Vivimos bajo el control de tecnologías moleculares, de camisas de fuerza hormonales destinadas a mantener las estructuras de poder de genero... Violencia de genero = violencia del sistema de genero.”

## 5. Nem heterossexualidade, nem homossexualidade

Judith Butler<sup>30</sup> diz que a teoria de Simone Beauvoir implicava consequências aparentemente radicais de que ela mesma não se deu conta. Se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, como analisou Beauvoir, então não significa que ser de um sexo determinado equivalesse a tornar-se de um gênero determinado. Em outras palavras, “mulher” não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino e “homem” tampouco interpreta necessariamente corpos masculinos. Essa formulação radical da distinção sexo/gênero indica que os corpos sexuais podem ser ocasião de muitos gêneros diferentes e, ainda mais, que o gênero em si não se restringe necessariamente ao de costume.

De fato, as mulheres que gostam de mulheres, por exemplo, parecem passar por outro processo de significação, uma relação que não está nem para homem e nem para mulher e que problematiza o sexo e o gênero como categorias políticas estáveis de descrição.

Mais pertinente na teoria de Wittig, a meu ver, é a idéia de que sendo o sexo uma interpretação política e cultural do corpo, não há uma distinção entre sexo e gênero nos sentidos convencionais. O gênero está incluído no sexo, e o sexo resulta ter sido gênero desde o princípio.

Para Butler, a teoria e as obras literárias de Wittig mostram que a integridade e a unidade do corpo, aos poucos consideradas ideais positivos, servem aos objetivos de fragmentação, restrição e dominação.

---

<sup>30</sup> Ibidem, Judith Butler, op.Cit.

Enquanto que o sexo pertence a uma realidade discursivamente constituída (de segunda ordem), há uma ontologia pré-social que dá conta da constituição do discursivo em si. Wittig rechaça a suposição estruturalista de um conjunto de estruturas significantes universais anteriores ao sujeito falante que orquestram a formação desse mesmo sujeito e de sua fala. Em sua opinião, há estruturas historicamente contingentes caracterizadas como heterossexuais e obrigatórias que distribuem os direitos da fala plena e autorizada aos homens e os negam às mulheres. Mas essa assimetria socialmente constituída disfarça e viola uma ontologia pré-social de pessoas unificadas e iguais.

Para Wittig, a tarefa seria a de assumir a posição de sujeito falante autorizado – que em certo sentido é seu “direito” ontologicamente fundado – e derrocar a categoria de sexo, assim como o sistema de heterossexualidade obrigatória que é a sua origem. Segundo Wittig, a linguagem é um conjunto de atos repetidos ao longo do tempo que produzem efeitos de realidade que, às vezes, são percebidos equivocadamente como “feitos”.

Considerada coletivamente, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. O “nomear” o sexo é um ato de dominação e obrigação, um performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social ao requerer a construção discursiva perceptual dos corpos de acordo com os princípios de diferença sexual.

A categoria de sexo é uma categoria que escraviza, é um contrato forçado. Para Wittig, a realidade jorra sobre o corpo social, “ao cunhá-lo e modelá-lo violentamente”.



Wittig afirma que o “pensamento hetero”, evidente nos discursos das ciências humanas, nos oprime porque “dão por feito que o que funda a sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade”. O discurso se faz opressivo quando requer que o sujeito falante, para falar, participe nos mesmos termos dessa opressão. Isto é, que dê por feito a impossibilidade ou ininteligibilidade do mesmo sujeito falante. Essa presumível heterossexualidade, segundo ela, funciona dentro do discurso para comunicar uma ameaça: “serás heterossexual ou não serás”. As mulheres, as lésbicas e os homens *gays*, diz ela, não podem assumir a posição do sujeito falante dentro do sistema linguístico da heterossexualidade obrigatória.

Falar dentro do sistema é se privar da possibilidade da fala. Portanto, para Butler, falar dentro desse contexto é uma contradição performativa: a afirmação linguística de um eu que não pode “ser” dentro da linguagem que o afirma.

Segundo Butler<sup>31</sup>, o poder que Wittig concede a este “sistema” de linguagem é enorme. Conceitos, categorias e abstrações, afirma ela, podem levar a uma violência física e material contra os corpos que dizem organizar e interpretar. Não há nada abstrato acerca do poder que têm as ciências e as teorias para atuar material e realmente sobre nossos corpos e mentes, ainda assim, o discurso que o produz é abstrato. É uma das formas de dominação, sua expressão mesma.

O poder da linguagem para trabalhar sobre os corpos é, ao mesmo tempo, a causa da opressão sexual e o caminho para além dessa opressão.

A linguagem não funciona nem mágica nem inexoravelmente, há uma plasticidade do real com relação à linguagem. A linguagem assume e modifica seu poder para

---

<sup>31</sup> Ibidem, Judith Butler, op. Cit..

atuar sobre o real mediante atos locutores que, ao se repetirem, convertem-se em práticas arraigadas e lineares nas instituições. A estrutura assimétrica da linguagem – que identifica o masculino como sujeito que fala pelo universal e como o universal, e a falante feminina como “particular” e “interessada” – em nenhum sentido é intrínseca a nenhuma linguagem em particular nem à linguagem em si. Não pode se considerar que essas posições assimétricas sejam uma consequência da “natureza” de homens ou mulheres porque, como disse Beauvoir, essa “natureza” não existe.

Wittig considera que um sistema de significação opressivo produz discursivamente o sexo e o põe em circulação. Por isso, ela se nega a fazer parte deste sistema signifiante ou a crer na viabilidade de assumir uma posição reformista ou subversiva dentro do sistema. Invocar uma de suas partes, para ela, é confirmá-lo em sua totalidade. Como resultado, a tarefa política que formula é derrocar todo o discurso sobre o sexo e, de fato, derrocar a gramática mesma que institui o gênero e “o sexo fictício” como um atributo essencial dos humanos e dos objetos.

Segundo Butler, ainda que Wittig não trate o assunto, sua teoria pode dar conta da violência que se realiza contra os sujeitos sexuais (mulheres, lésbicas, gays entre muitos outros), como a imposição violenta de uma categoria violentamente construída. Em outras palavras, os crimes sexuais contra esses corpos efetivamente os reduz a seu “sexo”, reafirmando e impondo assim a redução da categoria como tal. Tendo em conta que o discurso não se limita a escrever ou falar mas que também é uma ação social, inclusive uma ação social violenta,

devemos entender também o estupro, a violência sexual e os ataques aos homossexuais como a categoria de sexo em ação.

De acordo com Wittig “o sexo se tem como um dado imediato, um dado razoável, traços físicos que pertencem a uma ordem natural. Mas o que cremos que é uma percepção física e direta é somente uma construção mítica e complexa, uma formação imaginária que reinterpreta os traços físicos (em si tão neutros como outros, mas marcados por um sistema social) através da rede de relações em que se percebem.”<sup>32</sup>

“Os traços físicos” parecem, em certo sentido, estar ali no extremo longínquo da linguagem, não marcados por um sistema social. No entanto, não fica claro que esses traços possam nomear-se de uma maneira que não produza a operação reducionista das categorias de sexo. Esses múltiplos traços adquirem significado social e unificação mediante sua articulação dentro da categoria de sexo. Em outras palavras, o sexo impõe uma unidade artificial a um conjunto de atributos que, de outra maneira, seria descontínuo. Sendo discursivo, ao mesmo tempo que perceptual, o sexo denota um regime epistêmico historicamente contingente, uma linguagem que forma a percepção ao modelar a força, as interrelações mediante as quais se percebem os corpos físicos.

O fato de que o pênis, a vagina, os seios e outros sejam denominados partes sexuais é tanto uma restrição do corpo erógeno a essas partes como uma fragmentação do corpo como totalidade. De fato, a “unidade” que impõe sobre o corpo, a categoria de sexo é uma desunidade, uma fragmentação e compartimentação.

---

<sup>32</sup> Idem, Monique Wittig, op. Cit.

Segundo Butler, Wittig critica o “pensamento hetero” por este ser incapaz de liberar-se à idéia de “diferença”, e, em aliança com Deleuze e Guattari, Wittig se opõe à economia da “falta” e da “negociação”. Em “Paradigma”, um de seus primeiros ensaios, Wittig considera que a derrocada de sexo binário pode iniciar um campo cultural de infinitos sexos. Nesse ensaio, refere-se ao Anti-édipo: “para nós não há um nem dois sexos, mas muitos: há tantos sexos quanto indivíduos”.

Para Butler, se a quantidade de sexos corresponde à quantidade de indivíduos existentes, o sexo já não teria uma aplicação geral como fim: o sexo seria uma propriedade radicalmente singular e já não poderia funcionar como uma generalização útil ou descritiva.

Lendo Wittig com Foucault, Butler com Negri, Beatriz Preciado diz que a heterossexualidade é antes de tudo um conceito econômico que designa uma posição específica no seio das relações de produção e de intercâmbio baseadas na redução do trabalho sexual, do trabalho de gestação e do trabalho de criação e cuidado dos corpos ao trabalho não remunerado. Para ela, o próprio desse sistema econômico-sexual é funcionar através do que poderíamos chamar com Butler de *a coerção performativa*.

Para Beatriz Preciado, a ascensão do capitalismo resulta unimaginável sem a institucionalização do dispositivo heterossexual como modo de transformação em mais-valia dos serviços sexuais, de gestação, de cuidado e criação realizados pelas mulheres e não remunerados historicamente. Para Preciado, a heterossexualidade não existiu sempre. E, mais ainda, se atentarmos aos signos de tecnificação e de informatização do gênero que emergem a partir da segunda guerra mundial podemos afirmar que a heterossexualidade está convocada a

desaparecer um dia. De fato está desaparecendo. Isso não quer dizer que não haverá a partir de agora relações entre bio-homens e bio-mulheres, mas que as condições da produção sexual (de corpos e de prazeres) estão mudando, e que estas, cada vez mais, se tornam similares à produção de corpos e de prazeres desviantes, submetidas às mesmas regulações farmacopornográficas, estando todos os corpos submetidos aos mesmos processos de produção *tecnobiopolítica*.

No tempo presente, todas as formas de sexualidade e de produção de prazer, todas as economias libidinais e biopolíticas estão sujeitas a um mesmo regime de produção farmacopornográfico, às mesmas tecnologias moleculares e digitais de produção do sexo, do gênero e da sexualidade. Uma das características do regime biopolítico heterossexual é o estabelecimento, por meio de um sistema científico de diagnóstico e classificação do corpo, de uma linearidade causal entre sexo anatômico (genitais femininos ou masculinos), gênero (aparência, papel social, isso que Butler denominará performance feminina ou masculina), e sexualidade heterossexual ou perversa. Segundo esse modelo estabelecido pela psicopatologia do século XIX em seus manuais, a um sexo masculino lhe correspondia naturalmente uma expressão de gênero masculino e uma orientação heterossexual. Qualquer desvio desta cadeia causal era considerada como uma patologia.

Para Preciado, a invenção dos hormônios sexuais e a possibilidade de sua elaboração sintética em meados do século XX modificará o caráter irreversível das formações identitárias (tanto genitais, como de gênero ou de sexualidade).

Assim, desde 1960, os mesmos compostos estrogenados serão utilizados para o controle da fertilidade das bio-mulheres (corpos que a medicina valida como

femininos no nascimento e cujo processo de feminização político-técnico será considerado como parte de um devir natural) e para a mudança de sexo em caso de transexualidade feminina (de homem à mulher); a mesma testosterona fará um giro e transformará os corpos dos transexuais (de mulher a homem).

Para ela, enquanto a indústria pornográfica produz em sua maioria representações normativas (sexo = penetração com bio-pênis) e idealizações da prática heterossexual e homossexual fundada (bio-homem = bio-pênis), (bio-mulher = bio-vagina), a indústria farmacológica, biotecnológica, e as novas técnicas de reprodução assistida, apesar de seguirem funcionando dentro de um marco legal heteronormativo não deixam de desdesenhar as fronteiras entre os gêneros e de fazer do dispositivo político, econômico, heterossexual em seu conjunto uma medida de gestão da subjetividade obsoleta.

A dialética entre farmaco e pornô se manifesta já através das contradições entre diversos biocódigos (*low-tech* ou *high-tech*) da subjetividade que procedem de regimes diferentes de produção do corpo. Assim, por exemplo, famílias (heterossexuais, homossexuais, monoparentais) onde a reprodução se realizou através de fecundação *in vitro* com sêmen de doador anônimo, seguem depois funcionando dentro de um sistema político e legal heterossexual, sem que os ideais performativos da masculinidade e da filiação sejam questionados. Por outra parte, os biocódigos de produção de subjetividade (tanto performativos como farmacológicos, do viagra à testosterona, passando pela estética do corpo *gay*, ou as práticas sexuais com órgãos sintéticos) circulam no mercado farmacopornográfico sem, no entanto, fixar os processos de produção de subjetividade que desencadeiam, pois é ao contrario próprio de sua lógica

produzir constantemente novas configurações da existência para que sejam consumidas. Há um perigo de que tal mutabilidade seja confundida com a liberdade de dar voz a processos reais de mutação sensível, o que não é absolutamente o caso. Podemos inclusive encontrar a expressão grotesca e desproporcional de biocódigos que até agora pertenciam às configurações decimonônicas femininas, masculinas, heterossexuais, homossexuais, ou inclusive as mais recentes transexuais, desligados de uma subjetividade política precisa, de uma forma de vida, ou de um programa político, mas como meras figuras a serem consumidas.

Para Preciado, “...os códigos visuais que regem a recente transformação do rosto de Courtney Love, emblemática figura do *rock underground*, não diferem dos utilizados para dar forma à nova cara rejuvenescida da rainha da Espanha, da atriz Pamela Anderson, de Chen Lili, a mulher transexual participante no concurso miss universo em 2004, da estrela lésbica Ellen de Generis, ou para a remodelação do rosto de uma bio-mulher anônima de classe operária que ganha uma cirurgia estética total graças ao programa televisivo americano *extreme make over* (mudança radical). Assistimos portanto a uma horizontalização das técnicas de produção do corpo que não estabelece diferenças entre identidades de classe, raça ou sexuais, entre a cultura musical *underground*, a alta sociedade e a indústria pornô.”

Dessa defasagem farmacopornográfica, é possível deduzir que logo a heterossexualidade será unicamente uma estética farmacopornográfica entre outras, uma sexualidade retrô, cujo estilo poderá ser imitado, depreciado ou

exaltado pelas diferentes gerações a vir, um estilo talvez exportável a outras latitudes, mas absolutamente falido e decadente em nossas sociedades.



## **6. Sexualidade e Direitos**

Como produzir transformações no cenário nacional e internacional de direitos humanos que contribuam efetivamente com o fim da opressão, da violência e promovam a superação das abordagens baseadas no controle, no silêncio e na omissão?

Os microterrorismos cotidianos do sistema humanista euroestadunidense não nos permitem liberdade. A lógica de direitos universais está posta para aquilo que se compreende como universal em nossa sociedade, ou seja, homem, branco e heterossexual.

Os desafios colocados para nossas ações, nossos corpos e posturas políticas nos convocam ao investimento em processos de enfrentamento das dominações baseadas no racismo, no colonialismo, nas diferenças entre classes e na patologização e enquadramento da sexualidade.

No Brasil, com o processo de democratização e as investidas dos movimentos sociais, alguns avanços se constituíram em motivo de hipervalorização de uma resposta nacional expressiva. Esse é apenas o filtro pelo qual as questões são colocadas em termos macropolíticos. Precisamos olhar para além desta perspectiva para compreendermos que respostas são essas, e, principalmente, de seus efeitos no espaço social, nas práticas cotidianas no campo da saúde, da educação, do trabalho, dentre outros.

Não é possível construir um diálogo franco sobre a ruptura com o modelo heteronormativo e com a lógica do gênero, tampouco isso é um direito respeitado,

seja no plano da vida coletiva comunitária, no plano da circulação pelos espaços públicos de saúde e educação, no contexto do trabalho e no campo dos direitos civis. No Brasil, por exemplo, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, não é reconhecida. O projeto de lei apresentado em 1995 pela então deputada Marta Suplicy<sup>33</sup> sofre todos os tipos de resistências.

Então, temos de pensar onde estamos fazendo pressão e que respostas são essas que “aparentemente” deixam os representantes governamentais tão orgulhosos de dizerem que, no Brasil, temos um programa de enfrentamento da Homofobia<sup>34</sup>, que foram realizadas conferências locais, estaduais e nacionais em direitos humanos, direitos LGBT<sup>35</sup>, políticas para as mulheres, igualdade racial.

Entre a mobilização comunitária, a percepção como as questões de estigma operam em nossa sociedade e a construção de respostas nos planos macro e micropolíticos, há a interação de um conjunto de mecanismos que ainda têm contribuído para a manutenção de um mesmo cenário.

Será que esses sutis e sofisticados mecanismos não acabam por adiar por muito mais tempo o trauma que está impresso em nossos corpos e em nossas vidas? Será que não são mecanismos de controle que se operam com *status* de mecanismos de promoção dos direitos?

A gravidade deste “adiar” toma proporções gigantescas quando pensamos em processos históricos e consideramos que eles podem apenas reiterar o recalque, o acúmulo de crimes de ódio, a intolerância e a impossibilidade de viver.

---

<sup>33</sup> Projeto de Lei número 1.151 de 1995.

<sup>34</sup> Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Lançado em 2004. Coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

<sup>35</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Por que a extrema esquizofrenia de se apoiar pequenos projetos nas escolas, por exemplo, se não há proposições estruturais que tenham base na transformação radical das políticas de educação?

Modelos educacionais não necessariamente contribuem para o desenvolvimento social, ainda que o uso dos dados a respeito da elevação de escolaridade performatizem uma bela vitrine de desenvolvimento. O aprimoramento ético para a construção de espaços educacionais estratégicos na formação cidadã e de transformação social não caminha no mesmo sentido dos desejos de elevação de escolaridade.

São muitas as transformações necessárias, como afirma Junqueira<sup>36</sup>, “A criação de condições para lidar de maneira adequada com os temas relativos à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas depende, em grande medida, de políticas públicas de educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e clivagens concernentes tanto aos padrões heteronormativos, que historicamente modularam e modulam as relações de gênero, quanto às dinâmicas de (re) produção de diferenças e desigualdades.”

Sendo micro ou macro, os terrorismos que nos oprimem, que nos calam, que continuam produzindo violência e dominação sobre as mulheres, que continuam fazendo com que adolescentes e jovens lésbicas não permaneçam nas escolas, atuam com tecnologias sutis que se ocupam do coletivo. Sabemos, que de uma

---

<sup>36</sup> JUNQUEIRA, Rogério. In: *Homofobia e Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos* Educação: um desafio ao silêncio. Lionço, T & Diniz, D. Brasília: Editora UNB, 2009.

maneira ou de outra, em escala global a estratégia pastoral venceu as frentes revolucionárias que lutavam por liberdade sexual e de expressão.

Em 2009, a Fundação Perseu Abramo apresentou os resultados da pesquisa intitulada “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, intolerância e respeito às diferenças sexuais”<sup>37</sup>, os dados foram coletados em junho de 2008.

Nessa pesquisa, buscou-se investigar as percepções sobre o fenômeno de práticas sociais discriminatórias em razão de orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas, bem como manifestações diretas e indiretas de atitudes preconceituosas.

De acordo com a apresentação dos dados feita pela Fundação, quase a totalidade das pessoas entrevistadas responderam afirmativamente sobre a existência de preconceito contra pessoas LGBT no Brasil. Para 93% dos entrevistados, existe preconceito contra travestis (para 73% muito para 16% um pouco); 91% crêem que há preconceito contra transexuais (para 71% muito e para 17% um pouco); 92% dizem o mesmo sobre os gays (70% e 18%) e 92% (69% e 20%) sobre lésbicas.

Quando se perguntou se são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% muito), 28% contra transexuais (11% muito), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% muito para ambos) e 26% contra gays (9% muito).

A partir da análise dos dados, o relatório aponta que o fenômeno de atribuir os preconceitos aos outros sem reconhecer o próprio é comum e esperado, posto

---

<sup>37</sup> Fundação Perseu Abramo (FPA) e Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS). SP, 2009. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1768>>

que a atitude preconceituosa, considerada politicamente incorreta, tende a ser socialmente condenável. Assim, além do preconceito assumido, de antemão buscou-se identificar o preconceito velado. Do total da amostra, 6% dos entrevistados foram classificados como tendo forte preconceito contra LGBTs; 39% como tendo preconceito mediano e 54% manifestaram grau de preconceito que foi classificado como leve. A gravidade desse cenário é que apenas 1% das pessoas entrevistadas não expressou qualquer nível de preconceito.

Outra resposta que chama a atenção é quando se considera duas alternativas: se “os governos deveriam ter a obrigação de combater a discriminação contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais”, ou se “isso é um problema que as pessoas têm de resolver entre elas”. Setenta por cento dos entrevistados concordam com a segunda alternativa, contra apenas 24% que entendem que o combate da discriminação deve ser objeto de políticas de governo.

A pesquisa também aponta “o peso legitimador dos discursos religiosos no reforço de concepções preconceituosas da homossexualidade: a concordância de 92% da opinião pública (sendo 84% totalmente) com a frase epígrafe, “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”, contra apenas 5% que discordam; e de 66% (58% totalmente) com a frase “homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”, contra 22% que discordam (só 17% totalmente) – revelam o tamanho da colaboração religiosa para a intolerância com a diversidade sexual.

O Brasil é considerado pelas organizações que monitoram crimes relacionados à homofobia, lesbofobia e transfobia como o país com maior número de homicídios.

Diante deste cenário temos que repensar o que está por trás dos processos sociais, políticos e econômicos de um país democrático da América Latina que é visto e que se vê como avançado e aberto do ponto de vista da convivência coletiva e que tem um cenário com tantas limitações para reconhecer e respeitar os direitos das mulheres, os direitos da população negra, os direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais.

### **Silêncio e medo: qual terrorismo?**

Parece-me que é preciso resgatar o cenário no qual se produz um excesso de falas sobre medo e proteção. Do que as pessoas excessivamente falam? É de toda onda de medo que interdita o diálogo no campo dos direitos e da sexualidade ou é um extravazar tenso pela impossibilidade?

Ao mesmo tempo em que a cena se coloca repleta de aparatos tecnológicos parece haver um esvaziamento do potencial criativo. Aqui, penso em potencial criativo a simples possibilidade de existir da maneira que se é, ou seja, construir redes de relações de solidariedade e convivência com as multiplicidades de existir, livres das amarras da heteronormatividade e do lugar de poder patriarcal.

Um estranho paradoxo provoca angústia e mal estar, a vida que se expõe ao medo por todos os signos impostos pela mídia, pelos diagnósticos e pelas violências não consegue se expor ao prazer, ao afeto, às descobertas. Há um funcionamento que opera pelo encontro com o ruim, com o que conserva, não quer mudanças, mutações, androginias e anomalias.

As tragédias cotidianas se transformam em celebração coletiva de crueldades reprimidas, um gosto proibido que se alimenta pelo ato do outro, do patológico, daqueles extremistas do ego.

Poderíamos falar em todos os processos de fuga, escape, engendramentos coletivos potentes, mas algo no cenário chama a atenção para um fluxo às avessas. Dá a impressão de que o excesso de controle se sobrepõe às conquistas no campo dos direitos e aos ganhos advindos no intercâmbio das diversidades. O aparato de controle tem ajudado e muito no enquadramento e enrijecimento dos corpos, dos órgãos, da subjetividade.

O aprisionamento se processa muito mais fortemente do que o potencial de se diluir e se misturar, como se fosse inevitável a apropriação das impossibilidades, a manutenção da “caretime” em roupagens modernas e “estilosas”.

Neste cenário onde os embates se processam na reivindicação de conservadorismos que buscam a permanência e o exercício do poder, ou então no enfrentamento de problemas e não na transgressão das normas impostas, coloca-se uma limitação essencial para a exploração efetiva da diversidade e das múltiplas formas de existência.

Poderíamos nos perguntar: que terrorismo está em debate? Aquele dos homens bomba, o da conspiração sobre a produção de armas nucleares pelo Irã, ou, pelo contrário, de uma intervenção sofisticada e ampla que faz emergir medo por todas as partes, que produz uma subjetividade cada vez mais enjaulada na crise de domínio sobre si e sobre o outro.

Princípios unilaterais que determinam de maneira autoritária a produção de formas de relação, pacotes ultra-conservadores são oferecidos nos programas de TV, nas igrejas, nas escolas, nas casas.

Essa onda neo-conservadora se constrói sob uma base enraizada nos princípios da delimitação de fronteiras. Os exemplos de intolerância, ódio racial e tentativa de imposição de modelos perfeitos para a produtividade compõem o cenário de contornos na dimensão subjetiva e objetiva da vida cotidiana.

O que se passa nos hábitos cotidianos, que perturbação mental é jorrada pela avalanche de igrejas cujos líderes controlam comunidades? Quais são as relações existentes entre o fenômeno da evangelização e a lógica da soberania política e discursiva?

O terrorismo mental conservador se espalha em velocidade, na lógica do biopoder, do exercício do poder de matar justificado pelo direito sobre a vida, e assim, as possibilidades para a alteridade são interrompidas. É à base de vigilância e pelo domínio da tecnologia que se espalha medo e terror nas instâncias da vida íntima e da vida coletiva.

Por que homossexuais no Brasil não podem interagir publicamente com suas parceiras e seus parceiros como qualquer outro casal heterossexual? Será por que homossexuais não gostam de beijar, abraçar e andar de mãos dadas? Muito pelo contrário, o que está em jogo aqui é uma série de microterrorismos colocados em nossas vidas que acabam por impossibilitar a expressão de afeto em espaços coletivos sejam eles públicos ou privados. É uma espécie de



manicômio mental<sup>38</sup>, onde a possibilidade de expressão foi aprisionada. Uma clausura subjetiva que, a cada dia, reafirma o recalque e a impossibilidade. Daí advém abandono escolar, suicídio, conflitos familiares, tentativa de adequação heteronormativa.

“O discurso contemporâneo que regulamenta e patologiza o gênero é produzido por algumas instituições de saúde, dentre elas a Organização Mundial de Saúde (OMS) que produz a ‘Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde’ (CID). Hoje, o CID-10 apresenta cinco tipos de diagnósticos para os “Transtornos de Identidade de Gênero”, dentro do eixo “Transtornos Mentais e de Comportamento”: Transexualismo; Travestismo de Dupla Função; Transtornos de Identidade de Gênero; Outros Transtornos de Identidade de Gênero; e Distúrbio de Identidade Genérica Não-especificado.”<sup>39</sup>

Esta ação biopolítica e seu conjunto de intervenções farmacopornográficas determinam a maneira pela qual se interage com a possibilidade de um encontro que seja diferente do modelo heteronormativo, o que gera extrema violência para os processos de singularização e de constituição de mundos possíveis dentro deste mundo que vivemos. Não que inventar mundos paralelos não seja interessante, mas não é possível viver à margem, às escondidas ou se travestindo de heterossexual o tempo todo sem carregar com isso uma série de traumas e sofrimentos.

---

<sup>38</sup> Expressão utilizada por Peter Pelbart no livro *Da clausura do fora ao fora da clausura – Loucura e Desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>39</sup> VERDADE, Kelly. *Biopoder e patologização de gênero*. Texto apresentado no I Seminário Internacional de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França. UFBA, Salvador-BA, agosto de 2009.

## **Direitos sexuais e desenvolvimento**

Ao introduzir a discussão sobre sexualidade e desenvolvimento no contexto do seminário “*Realising Sexual Rights*” realizado em dezembro de 2005, cujos textos foram compilados no livro “Questões de Sexualidade – Ensaios Transculturais”<sup>40</sup>, Andrea Corwall e Susie Jolly identificam como as agências de desenvolvimento dividem a vida das pessoas em pedaços ou setores e, com isso, provocam um isolamento das experiências humanas de maneira a desenhar intervenções planejadas e administráveis.

De acordo com Corwall e Jolly, podemos considerar que, no plano do desenvolvimento, a sexualidade ainda é pensada como questão de saúde e do setor saúde, não muito diferente do lugar que ocupou na passagem do século XVIII para o XIX. As intervenções em sexualidade esperadas pelo campo do desenvolvimento por parte da saúde devem diminuir os riscos da gravidez, o número de nascimentos e de relações sexuais e evitar doenças. O sexo, também para as políticas de desenvolvimento, tem sido tratado como uma fonte de risco e vulnerabilidade, em lugar de ser visto em termos de direitos.

De maneira geral, as ações de saúde estabelecidas para o campo da sexualidade são reduzidas às chamadas “consequências” do ato físico do sexo, tais como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, e, no campo da saúde mental os processos relacionados a conflitos da imposição da monogamia e da heterossexualidade.

---

<sup>40</sup> CORWALL, Andrea. e JOLLY, Susie (org.). *Questões de Sexualidade – Ensaios Transculturais*. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

As abordagens instituídas no campo da saúde que atuam pelo viés da doença e do terror, resignificam sexo e sexualidade como ameaças para o coletivo. As estratégias pedagógicas estruturadas com base na defesa de programas de “educação sexual” centram predominantemente seus discursos na justificativa da introdução do tema para combater ameaças ao coletivo que estão relacionadas à sexualidade. Portanto, a entrada no campo da educação também se dá por meio do combate ao adoecimento e não pela perspectiva da promoção dos direitos.

As posturas governamentais de afirmação dos direitos sexuais são tímidas e pouco explícitas em documentos oficiais. Tendo como referência o campo do desenvolvimento e as abordagens que colocam a sexualidade no cerne desse campo, sequer a sexualidade é considerada um elemento importante para a construção de agendas políticas. Os debates chegam até bem-estar e direitos, mas, de forma nenhuma atingem proposições baseadas em direitos sexuais. Há um silêncio muito grande no que diz respeito às implicações econômicas, sociais, políticas e de direitos humanos em sua relação com os direitos sexuais.

Em geral, o campo do desenvolvimento considera as intervenções de saúde pública como elementos positivos do desenvolvimento humano. No entanto, quando essas intervenções ocorrem na lógica do disciplinamento e da regulação do gênero e da sexualidade resultam em discriminação, exclusão, estigma e até mesmo, em criminalização.

Embora a sexualidade seja uma parte importante da vida, essa experiência é, com demasiada frequência, reduzida a informações, dados, alertas e instruções sobre o que não deve ser feito.

A sexualidade tem ramificações em cada uma das dimensões da pobreza e implicações para vários aspectos do desenvolvimento. Além disso, essas ramificações e implicações provocam privações específicas que são vivenciadas diariamente por lésbicas, gays, travestis e transexuais. Afetam também as pessoas enquadradas na heteronormatividade, na medida em que se casam para cumprir a expectativa padrão, pessoas jovens agem de acordo com o desejo da sociedade de imaginá-las inocentes e não sexuais, e viúvas e mulheres pós-menopáusicas que a sociedade imagina como pós-sexuais e cujos desejos colocam em risco sua respeitabilidade.

Seguindo ainda as análises de Corwall e Jolly<sup>41</sup>, podemos pensar que no enfrentamento da epidemia de aids ocorreu a abertura de espaços para que a sexualidade ganhasse mais presença no âmbito das discussões sobre desenvolvimento, na medida em que sua expansão poderia atingir em grande escala populações em idade produtiva e reprodutiva. Entretanto, as representações sobre sexo e sexualidade nos discursos da aids, também são negativas e normativas. Assim como o tema da população, a sexualidade continua a ser tratada como um problema a ser contido.

A perspectiva negativa de abordagem da sexualidade no campo da saúde converge com os discursos da direita religiosa, produzem limitações para a autonomia corporal, amor e intimidade das pessoas que não se adequam às normas prescritas pelas autoridades religiosas, pela sociedade e pelo Estado.

---

<sup>41</sup> Idem, Corwall e Jolly, op. Cit.

Os efeitos do conservadorismo para os direitos humanos, assim como as investidas repressoras em várias partes do mundo, exigem que os silêncios do desenvolvimento em relação à sexualidade sejam rompidos de forma decisiva.

O reconhecimento da experiência das pessoas em suas realidades pode ser um importante passo para o diálogo transformador entre desenvolvimento e sexualidade, e são estratégias fundamentais para rompermos com as abordagens prescritivas e os silêncios sociais produzidos pelos micro e macroterrorismos.

Corwall e Jolly<sup>42</sup> reforçam que a sexualidade precisa ser mais que uma questão de saúde, considerando que as regras sociais em torno dela têm um impacto sobre áreas centrais para as preocupações convencionais do desenvolvimento, como a pobreza e o bem-estar.

O direito a controlar o próprio corpo – seja para proteger a integridade ou para o prazer – não é algo supérfluo, a ser considerado como foco dos programas de desenvolvimento apenas depois que as necessidades materiais básicas tenham sido atendidas.

Muitas vezes os recursos investidos para promover o desenvolvimento e as respostas comunitárias em termos de direitos humanos já vêm “carimbados” com restrições. Isso ocorreu, por exemplo, durante toda a “era Bush” com as condições impostas pelos EUA ao financiamento para HIV/aids, que exigiam a promoção da abstinência sexual, além das já históricas impossibilidades colocadas ao apoio para atividades relacionadas à legalização do aborto e ações relacionadas aos direitos das prostitutas.

---

<sup>42</sup> Ibidem, Corwall e Jolly, op. Cit.

Essas decisões constituem um bom exemplo de como a chamada “indústria do desenvolvimento” na prática regula a sexualidade das pessoas. É a mesma agenda repressiva das contestações feitas por organizações religiosas e por formuladores de políticas.

É preciso levar em consideração os vínculos reais e práticos entre os direitos sexuais e os outros direitos. Os processos de formulação de políticas quase não consideram as maneiras pelas quais a sexualidade interage com a educação, saúde e outros setores, como o trabalho por exemplo. Há muitas evidências de que “a mutilação genital feminina, assim como as mutilações ‘simbólicas’ do desejo das mulheres, incluindo a vergonha e a culpa, têm efeitos diretos sobre sua saúde física e mental e sobre o bem-estar. Meninos femininos e meninas grávidas têm mais probabilidade de abandonar a escola devido à intimidação, pressão social e falta de apoio. Empregadores e colegas discriminam pessoas LGBT no trabalho.”<sup>43</sup>

Qualquer esforço para democratizar o desenvolvimento e expandir a cidadania democrática deve envolver questões de sexualidade e precisa confrontar diretamente as múltiplas discriminações e desvantagens vivenciadas pelas pessoas cujos direitos sexuais são ignorados.

### **Direitos Sexuais: a constatação de que eles não existem**

A contextualização do debate sobre os direitos sexuais historicamente deve ser considerada a partir das implicações do manejo biopolítico com enfoque no

---

<sup>43</sup> Ibidem, Corwall e Jolly, op. Cit.

controle populacional e suas intervenções na sexualidade, e também, a partir da psicanálise, com destaque para a construção de uma percepção das evidências do impacto dos mecanismos de controle dos corpos, especialmente das mulheres.

Como vimos em capítulos anteriores, a sexualidade esteve exposta à superprodução de saberes e à uma proliferação de discursos a respeito do sexo, que inseriram-na em análises sociais, políticas, legislativas a respeito de sua normatividade.

Para a discussão que pretendo desenvolver neste capítulo parto dos acontecimentos dos anos 1970 quando, em meio à guerra global e às ditaduras espalhadas pelo mundo, há avanços conceituais e políticos importantes no campo da sexualidade<sup>44</sup>, como o da contestação do patriarcado como um sistema legítimo. É neste momento, por exemplo, que Michel Foucault escreve a História da Sexualidade (1976-1978).

No final dessa década, com a adoção do consenso de Washington há uma transformação de grande impacto no campo do desenvolvimento. O consenso provocou cortes severos nos gastos públicos e uma ênfase maior nas forças do mercado, como o motor principal do desenvolvimento.

Nos anos 1980, com intensas transformações no cenário político internacional e em meio à intensificação do *capitalismo mundial integrado*<sup>45</sup>, ocorreu a rápida

---

<sup>44</sup> CORREA, Sonia. *Sexualidades e desenvolvimento – uma história em imagens*. In: Cornwall, A. & Jolly, Susie (org). *Questões de Sexualidade – Ensaio Transculturais*. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro, RJ, ABIA, 2008.

<sup>45</sup> Aqui compreendido a partir da designação de Felix Guattari, diz respeito à maneira como a lógica do capital, em suas modulações contemporâneas, se expressa não mais exclusivamente por uma exploração do trabalho, mas também e, sobretudo, pelo exercício de exploração da vida.

expansão da epidemia de aids e, em alguns espaços, construiu-se uma agenda intensa no campo da igualdade entre os gêneros e dos direitos reprodutivos. No que diz respeito às agendas relacionadas à sexualidade, porém, pouco diálogo se conquistou nos espaços de consenso internacional e na formulação de políticas públicas.

Exemplos disso foram a implementação inicial da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Conferência de Amsterdã, em 1984, na qual se alcançou o consenso feminista global em relação aos conceitos de direitos reprodutivos, e a III Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Nairóbi em 1985.

Em meio ao período de democratização na América Latina, as lutas assumidas pelos movimentos sociais abriram espaço para o debate público sobre a legalização do aborto e os direitos de expressão das sexualidades não heteronormativas.

Na sequência vivenciamos a intensificação do processo de globalização, o fortalecimento da política econômica centrada no mercado. É um período paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que a conquista de direitos se ampliou e os debates sobre direitos humanos trouxeram inovações e compromissos por parte dos países signatários das conferências internacionais, também vivenciamos um crescimento rápido do conservadorismo moral e dos fundamentalismos religiosos.

Durante as conferências da Organização das Nações Unidas - ONU, em meados dos anos 1990 a figuração do termo direitos sexuais foi a grande novidade nos



debates internacionais que tratavam do exercício dos direitos humanos, sobretudo os direitos das mulheres.

O fato de as discussões sobre o tema ganharem um espaço nos fóruns internacionais de direitos pode ser considerado uma conquista? O que, de fato, determina se as políticas dos países serão favoráveis à implementação de estratégias e ações em defesa desses direitos?

“Talvez os direitos sexuais tenham sido introduzidos progressivamente, acabando por se infiltrar no dicionário dos direitos humanos, tanto para que fossem reconhecidas as diversas orientações sexuais e sua legítima necessidade de expressão, quanto para ser uma espécie de código que, como os direitos reprodutivos, pode assumir significados diversos para diferentes pessoas, dependendo da posição de poder que ocupam, da orientação sexual, do gênero, da nacionalidade, e assim por diante. Além disso, os riscos, as ambiguidades e os potenciais mal entendidos são inoportunos quando se tenta negociar a sexualidade por meio dos misteriosos canais dos direitos humanos internacionais. Em se tratando de sexo, ainda há um abismo separando o local do global.”<sup>46</sup>

Talvez tenhamos de pensar o que se seguiu depois da Conferência do Cairo sobre População, realizada em 1994 e da Conferência da Mulher em Beijing, realizada em 1995, espaços onde, pela primeira vez na história dos direitos humanos, foi possível abrir uma brecha para a linguagem recente sobre os direitos sexuais.

---

<sup>46</sup> PETCHESKY, Rosalind. *Direitos Sexuais: um novo conceito na prática internacional*. In: Barbosa, R.M. e Parker, R. *Sexualidades pelo Avesso: Direitos, Identidades e Poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, São Paulo: editora 34, 1999.

Durante toda a década de 1990 ocorreu uma forte disseminação das lutas globais relativas ao direito ao aborto, ao enfrentamento da epidemia de Aids e até à própria sexualidade, especialmente por meio da mobilização de lésbicas, gays, travestis e transexuais.

Pelo menos duas perspectivas necessitam de uma aproximação para que possamos localizar onde se concentram os nós críticos acerca das impossibilidades de efetivação dos direitos sexuais e também de como impulsionar as potências que se abriram quando essas lutas se colocaram no cenário político internacional.

Seguindo as reflexões de Rosalind Petchesky<sup>47</sup> podemos identificar dois campos que tratam da tênue relação entre o lugar onde se encontra o discurso sobre os direitos sexuais e a política. Podemos analisar o primeiro a partir do desenvolvimento das Conferências do Cairo e de Beijing, que deram origem à recente linguagem sobre os direitos sexuais, e, em segundo lugar, as dificuldades de se promover um conceito positivo sobre os direitos sexuais.

Por muitos motivos, o enfoque afirmativo dos direitos sexuais enquanto direitos, não apenas como defesas contra as discriminações ou abusos não ocupou a cena principal.

De acordo com revisão realizada por Rosalind Petchesky, de modo bastante significativo, nenhum instrumento internacional relevante, anterior a 1993, faz qualquer referência ao que ela chamou de mundo proibido do “S”. Isto é, antes de

---

<sup>47</sup> Idem, Rosalind Petchesky, op. Cit.

1993, a sexualidade de qualquer espécie e suas manifestações estão ausentes do discurso internacional sobre direitos humanos.

Deparamo-nos aqui novamente com a questão levantada na discussão sobre sexualidade e desenvolvimento. Rosalind destaca que “Todos os principais documentos sobre direitos humanos, desde a Declaração Universal de 1948, têm muito a dizer sobre os direitos das pessoas em suas vidas particulares e pessoais: casar e formar uma família, expressar suas crenças e religião, educar seus filhos, ser respeitado em sua própria privacidade e na de sua casa etc., mas nada consta no sentido de expressar e ter segurança em sua sexualidade.”<sup>48</sup>

Antes de 1992, nenhuma declaração elaborada nas conferências internacionais da ONU se refere à sexualidade das mulheres, muito menos aos seus direitos sexuais. Até meados da década de 1990, na maior parte dos discursos sobre direitos humanos, a vida sexual é aceita apenas de modo implícito e, mesmo assim, confinada às fronteiras da reprodução e do casamento heterossexual.

Foi apenas na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, que a sexualidade começou a aparecer nos documentos internacionais como algo positivo, em lugar de algo sempre violento, insultante, ou santificado e escondido pelo casamento heterossexual e pela gravidez. Trata-se de uma declaração que reconheceu a sexualidade como um aspecto positivo da sociedade humana, que emergiu por meio de um consenso global.

---

<sup>48</sup> Ibidem, Rosalind Petchesky, op. Cit.

No programa do Cairo, mesmo com toda a resistência de delegados governamentais, sobretudo representantes de países católicos e islâmicos, na versão final do documento, as referências ao “sexo” ou à “sexualidade” aparecem inúmeras vezes. Pela primeira vez, um documento legal internacional, incluiu, de modo explícito, a “saúde sexual” na lista dos direitos que devem ser protegidos pela população e pelos programas de desenvolvimento.

Essa conquista foi, sem dúvida, um avanço histórico no sentido de um consenso que superou as limitações no campo dos diálogos internacionais acerca da importância de se pensar sexualidade e direitos de forma integrada. Por outro lado, quando se estabelece uma plataforma de desenvolvimento, como foi o caso da Conferência do Cairo, e nela a figuração da sexualidade aparece no campo da saúde, mais uma vez, voltamos para a figuração inicial da biopolítica de controle da sexualidade. Isso porque não se deixou de fortalecer o vínculo historicamente constituído de alocação da sexualidade no entrecruzamento dos eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, e a do adestramento dos corpos e regulação das populações.

De maneira geral, a expressão “vida sexual satisfatória e segura” aparece no Programa de Ação do Cairo de forma reiterada, e não só com o propósito de prevenir doenças. O que significa este fato se a liberdade de expressão sexual e a orientação sexual jamais receberam reconhecimento como um direito humano, nem na Conferência do Cairo, nem em qualquer outra?

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em Beijing, em 1995, avançou alguns passos no sentido de formular um conceito relativo aos direitos sexuais como parte dos princípios dos direitos humanos. O que se

conseguiu foi: *Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle e decidir livre e responsavelmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências (parágrafo 96).*

Nessa declaração internacional, pela primeira vez, as mulheres são consideradas seres sexuais além de seres reprodutivos, detentoras de direitos humanos para decidir livremente sobre sua sexualidade, sem expressar qualquer qualificação referente à sua idade, estado civil ou orientação sexual. De acordo com Rosalind<sup>49</sup>, o texto é notável, tanto pelo que ele anuncia quanto pelos seus silêncios. A formulação original do parágrafo, barrada no rascunho, não atestava “os direitos humanos das mulheres”, mas sim “os direitos sexuais das mulheres”. Na versão final a expressão “direitos sexuais” desapareceu e a expressão “orientação sexual” jamais apareceu, nem mesmo no rascunho.

Diante dessas atitudes evasivas, antagonísticas e sexofóbicas da ala ligada à base multireligiosa, os grupos de mulheres de todo o mundo envolvidos na Conferência de Beijing consideraram necessário se comprometer com uma formulação afirmativa e mais contundente sobre os direitos sexuais. Em março de 1995, uma petição assinada por milhares de mulheres e grupos de 60 países de todas as regiões do mundo foi apresentada por Gertrude Mongella, secretária-

---

<sup>49</sup> Ibidem, Rosalind Petchesky, op. Cit.

geral da conferência, apelando para os Estados-membros “reconhecerem o direito de determinar sua própria identidade sexual; o direito de controlar seu próprio corpo, sobretudo no estabelecimento de relações íntimas; e o direito de escolher quando, com quem e se quer ter ou educar seus filhos, como componentes fundamentais dos direitos humanos de todas as mulheres, independente de sua orientação sexual”.

Como relata Petchesky<sup>50</sup>, diante do clima de rancor nas deliberações do parágrafo 96, os grupos de mulheres e seus aliados governamentais encontraram dificuldades, ou mesmo se viram na impossibilidade de exigir que esses valores feministas afirmativos fossem redigidos explicitamente.

Mais uma vez, nota-se que as questões de liberdade sexual são muito mais facilmente declaradas a partir de um ponto de vista negativo do que em um sentido positivo e emancipatório. Em geral, as campanhas em favor dos direitos humanos das mulheres recebem mais atenção quando enfatizam os piores horrores. De alguma maneira essas campanhas capitalizam a imagem das mulheres como vítimas, ou seja, espelha a imagem fundamentalista patriarcal das mulheres como seres fracos e vulneráveis.

Após as conferências, vivenciamos todo o final dos anos 1990 e a entrada para o ano 2000. Nesse período, de alguma maneira, ocorreu a intensificação das frentes fundamentalistas. Exemplo disso é a “era Bush” com a imposição de restrições e limitações para os financiamentos na área de saúde sexual, saúde reprodutiva, direitos das mulheres e enfrentamento da epidemia de aids.

---

<sup>50</sup> Ibidem, Rosalind Petchesky, op. Cit.

Considerando a lógica dos processos fomentados para apoio às ações estabelecidas em Cairo e Beijing, a grande maioria dos fundos foram direcionados para organizações e redes da sociedade civil estabelecerem ações para a efetivação dos compromissos assumidos pelos países. Nesse mesmo sentido, vieram também as metas de desenvolvimento do milênio.

Podemos pensar que o investimento próprio dessas agendas esteve, de maneira inevitável, todo ligado à lógica do *capitalismo mundial integrado*. Assim, a modulação se deu por privação da potência econômica das territorialidades nacionais, investindo na homogeneização dos modos de produção e dos modos de controle social.

Essa operação só é possível se os órgãos de decisão passam a ser estruturados independentemente dessas territorialidades. É por isso que o *capitalismo mundial integrado* não tem um centro de poder único, o que faz com que funcione através de engrenagens de poder espalhadas por todos os níveis sociais. Essa dinâmica de poder descentralizada vem a favor dos mecanismos que podem, paradoxalmente, estabelecer zonas de “desenvolvimento” em países subdesenvolvidos e vice-versa. Essas instâncias supranacionais têm o poder de desestabilização dos territórios nacionais, o que fica nítido no jogo econômico financeiro regulado por agências como o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a Organização Mundial do Comércio – OMC, dentre outros, que gerenciam à distância os *fluxos nervosos* do capital.

Para o cenário dos direitos sexuais, é mais ou menos isto que ocorreu. Os fundos internacionais passaram a investir no enfrentamento da epidemia de aids, nos

projetos de saúde sexual e saúde reprodutiva, em muitos casos liberando recursos apenas para projetos que não tivessem ligação com a prática da prostituição, com o uso de drogas e a promoção dos direitos de homossexuais. Portanto, muitas organizações não governamentais passaram a receber recursos internacionais, mas o processo que se construiu em termos comunitários e de estabelecimento de uma política que vinculasse esse cenário ao campo dos direitos esteve bastante limitada, uma vez que os projetos foram focados em processos de formação para a mudança de comportamento e, muito pouco, refletiram a construção de bases ligadas à defesa dos direitos sexuais.

Em termos de investimento em saúde sexual e saúde reprodutiva, o que aconteceu não foi muito diferente, muito recurso direcionado a ações de “planejamento familiar”, um hiperinvestimento na indústria farmacológica com a produção de hormônios sintéticos para contracepção e pouquíssimas possibilidades para fortalecer a agenda sobre o aborto e o direito das mulheres à autonomia sobre seus corpos.

Além das restrições e limitações dos recursos internacionais, podemos pensar que para dentro dos próprios movimentos que se fortaleceram neste período, pouco se priorizou em termos dos direitos sexuais. Na agenda feminista, os direitos das lésbicas, e na agenda de enfrentamento da epidemia de aids, as questões de gênero e de sexualidade não estiveram na cena como questões prioritárias.



Mais uma vez, o panorama que temos faz coro com as questões já lançadas nesse texto e, por muitas autoras que escrevem sobre os direitos sexuais<sup>51</sup>. Nota-se que os recursos investidos para as ações no campo dos direitos sexuais ficam centrados para aquelas que “não tem problemas com as religiões e com a estruturas heteronormativas de poder”. Muitas organizações recebem recursos com a condição de “não abordar” determinados temas.

Em relação aos países signatários das Conferências poucos avanços ocorreram em termos legislativos que assegurem os direitos sexuais e, no Executivo, tímidas iniciativas se deparam com a morosidade e a falta de interesse para que essas questões estejam nitidamente estabelecidas nas políticas de trabalho, saúde, educação, desenvolvimento, dentre outras.

A relação entre Estado e religião não só se confunde, como se estreita. No Brasil, por exemplo, em 11 de fevereiro de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.107 que promulgou o acordo entre o Governo brasileiro e a Santa Sé, relativo ao estatuto jurídico da igreja católica no Brasil.

Esse acordo ratificou normas já cumpridas pelo Estado quanto ao ensino religioso, ao casamento e à prestação de assistência espiritual em presídios e hospitais, além de garantir a isenção de impostos para a igreja católica e seus sacerdotes. Esse formato disciplinar para procedimentos gerais de natureza religiosa somente foi possível porque o Vaticano possui personalidade de Direito Internacional Público. Enquanto nossos corpos continuam sendo monstros e alvo da violência do Estado sem nenhuma perspectiva de reconhecimento legal, a

---

<sup>51</sup> Ibidem, Corwall e Jolly, op. Cit.

igreja católica se reafirma como *locus* de poder nos espaços públicos de nosso país.

Como construir uma economia política da sexualidade reconhecendo que, no campo dos direitos sexuais, basicamente não há nada além de pequenos projetos para organizações não governamentais e um amplo investimento nas tecnologias ligadas ao farmacopoder?

É toda a noção de direito universal que precisa ser derrubada, seguindo as reflexões de François Julien<sup>52</sup>, podemos dizer que os direitos humanos representam uma distorção: “...eles nasceram em uma conjunção relativamente estranha onde se emaranham, no limiar da época moderna, inúmeras e diversas influências. Tanto um quanto o outro: o nominalismo herdado dos últimos medievais (Duns Scotus, Guilherme de Ockham), não retendo realidade substancial a não ser a do indivíduo; e a segunda escolástica (espanhola: Suarez) inventando uma teologia não ascendente mas dedutiva, e separando de uma “sobrenatureza”, à qual apenas a Revelação dá acesso, a pura natureza do homem – natura pura: tal como Deus a criou originariamente e com a qual o filósofo pode se satisfazer em seu trabalho. É dessa definição genérica do homem, dos princípios da Razão que estão inscritos em sua natureza e formam a lei natural, que será deduzida doravante a ciência do direito. Eis por que este pode absolutizar-se comodamente como “universal”.”

---

<sup>52</sup> JULIEN, François. *O diálogo entre as culturas. Do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

## 7. Religiosidade, cinismo e piedade

Gostaria também, tal como fez David Lapoujade<sup>53</sup> em suas reflexões sobre o tema cinismo e piedade, de resgatar uma passagem do Anti-édipo:

“Não é mais a idade da crueldade nem do terror, mas a idade do cinismo, que é acompanhado de uma estranha devoção, os dois constituem o humanismo: o cinismo é imanência física do campo social, e a devoção, a manutenção de um Urstaat espiritualizado; o cinismo é o capital como meio de extorquir sobretrabalho, mas a devoção é esse mesmo capital como capital-Deus de onde parecem emanar todas as forças de trabalho.”<sup>54</sup>

Relação íntima que se estabeleceu entre cristianismo e o capitalismo, aquilo que segundo Lapoujade, poderíamos chamar de “nossa piedade” ou nosso “humanismo”, algo mediante o qual ainda somos piedosos. Para ele, trata-se de seguir uma reflexão sobre a subjetividade na linha do religioso segundo formas modernas da subjetividade e, mais particularmente, por meio dos modos de subjetivações estadunidenses. “Quem sabe, eles não manifestariam uma piedade maior e mais forte que qualquer outro país “civilizado”? Sem dúvida, eles apresentam esses dois traços – cinismo e piedade – sob uma forma quase paradigmática.”<sup>55</sup>

Ainda seguindo as reflexões de Lapoujade, considero importante destacar o ponto no qual ele trata dos processos de laicização do cristianismo por meio do

---

<sup>53</sup> LAPOUJADE, David. *Cinismo e Piedade (Made in USA)*. In: Nietzsche e Deleuze. Bárbaros e Civilizados. Org: Daniel Lins e Peter Pál Pelbart. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>54</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *O anti-édipo – Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

<sup>55</sup> Idem, David Lapoujade, op. Cit.

desenvolvimento do capitalismo e afirma que nunca houve laicização e que, pelo menos, econômica e socialmente Deus tampouco desapareceu. Não houve fim das religiões, o que aconteceu, ao contrário, foi que o religioso se propagou sob a forma de uma “má consciência” generalizada, correlato indispensável do desenvolvimento capitalista.

Quando pensamos no modo de operar da biopolítica hoje, podemos perceber que os mecanismos de ordem religiosa adentraram essa engrenagem, ocupando-se de forma também imanente da vida. Seguindo as descrições de Marx a partir da leitura de Lapoujade, podemos notar que não é a religião que se laicizou no campo econômico e social, mas o campo social que se impregnou de religiosidade em todos os seus poros e, mais ainda, que a separação entre a igreja e o Estado democrático não implica em absoluto na sua separação efetiva. A separação só é possível quando o Estado democrático assume todos os atributos do religioso.

Em vez de uma religião cujos poderes rivalizam com os do Estado, é doravante o estado e o campo social que estão penetrados de religiosidade.

“A derrota do cristianismo como religião do Estado não significa a derrota do religioso em geral, mas o triunfo universal da religiosidade.” (Frédéric Gros, apud Lapoujade)<sup>56</sup>

Onde está o ganho em potencial dessa investida universal? A religião é uma questão privada dos indivíduos, enquanto a religiosidade investe no campo social

---

<sup>56</sup> Ibidem, David Lapoujade, op. Cit.

e nele produz seus efeitos, engendra novas práticas, instaura novos aparelhos de poder.

Podemos notar essa infiltração da religiosidade por toda parte tanto quando olhamos para os modelos de prisão criados pelos EUA, muito ligados ao modelo de penitência, quanto nos mecanismos atuais de ocupação dos espaços legislativos, dos partidos políticos, da criação de escolas, das grandes investidas em territórios habitados por grupos culturais totalmente distintos e distantes do cristianismo (indígenas na Amazônia brasileira, peruana, boliviana, colombiana, e grupos africanos). A cada dia que passa, mais e mais organizações não-governamentais estadunidenses de base cristã se instauram nesses espaços, provocando uma enorme cruzada de microtransformação.

Esses grupos carregam as bandeiras de abstinência e fidelidade, tentando de todas as maneiras imprimir mudanças nos modos de vivenciar a sexualidade desses grupos, ao mesmo tempo em que contribuem para a ampliação do número de casos de aids, com uma postura ridícula frente ao cenário de abandono do continente africano por parte dos países ricos, promovem discursos contrários ao uso do preservativo.

Há uma apropriação, ao mesmo tempo técnica e social, com fins espirituais de um aparelho político democrático. É pois, a separação da Igreja e do Estado, a instauração da democracia como poder político único, enquanto gestão integral que institui a religiosidade. É no mesmo movimento em que a religião se torna um assunto estritamente privado e que o Estado endossa essa religiosidade e instaura um novo governo dos indivíduos.

Lapoujade resgata em Deleuze e Guattari o que eles mostram sobre a superestrutura (ideologia). Ela não é determinada pela infraestrutura, mas as duas (infraestrutura e superestrutura) devem funcionar em conjunto para serem produtivas. Não se deve mais discernir em camadas sobrepostas, mas sim na conjunção de uma única máquina com duas dimensões: o cinismo e a piedade, isto é, a interiorização das relações econômicas de um lado e a espiritualização déspota de outro.

Se analisarmos as posturas de guerra ao terror e seus movimentos de cinismo e piedade, de um lado temos os interesses no petróleo e na manutenção da hegemonia política e de outro a manutenção e a tentativa de forma soberana de conservar viva apenas uma certa cultura.

Juntamente com todo o cinismo há uma piedade. “Não há cinismo que não tenha ao mesmo tempo sua missão, seu evangelho”. Isso só é possível porque o Estado pode atribuir a si essa ambição imperial e messiânica, tornar-se o novo evangelho dos homens livres e assumir a integralidade dessa missão religiosa: religiosidade da democracia. O mercado pode tanto mais se propagar visto que tem uma missão de evangelho democrático.

Seguindo a classificação de Deleuze e Guattari sobre barbárie e civilização, Lapoujade assinala que a época contemporânea é tanto mais facilmente bárbara em seus funcionamentos individuais e estatais quanto mais civilizada em seus funcionamentos sociais e econômicos. De acordo com ele, a potência do despotismo nas almas é proporcional à imanência do desenvolvimento das relações capitalistas. Enquanto o mercado procede por desterritorializações incessantes, cada vez mais deslocado, cada vez mais “globalizado”, o Estado e

os indivíduos não cessam de se reterritorializar em arcaísmos déspotas, não cessam de continuar ou tornar-se piedosos. Assiste-se ao desenvolvimento de uma piedade que não é simplesmente expressão superficial de uma velha ideologia puritana, mas uma das dimensões essenciais da megamáquina desejante social que constitui o capitalismo.

Para correlacionar essa reflexão com o tema da sexualidade e dos direitos, podemos pensar que fundamentalismos em novas roupagens se ocupam da vida. Se, por um lado vivenciamos um cenário de ampla expansão dos territórios a partir de todo o processo desencadeado pela globalização e a conquista de direitos nas convenções internacionais, por outro vivenciamos um cenário de ampla expansão de frentes religiosas e toda ordem de discursos fundamentados pela auto-ajuda, pelo fortalecimento da imagem pessoal, da formatação de corpos-modelo-ideal.

Inúmeros movimentos de manutenção (conservação) das intervenções morais sobre o corpo e a sexualidade são investidos cotidianamente por grupos políticos e religiosos. Essas intervenções impactam fortemente em um conjunto de redes e sujeitos sociais na medida em que influenciam as políticas de saúde, educação, comunicação e a formulação de leis. Por trás dos sistemas de ensino, saúde, da produção midiática, do legislativo, há um crescente envolvimento de grupos religiosos que fazem a gestão dos processos de tomada de decisão articulando e mobilizando lideranças comunitárias, políticas e utilizando ferramentas de uma estética da autonomia do sujeito para produzir discursos “controladores” e de intervenção sobre os corpos e a vida das pessoas.

Dois principais caminhos podem ser traçados neste percurso. Um deles está ligado aos processos de subjetivação, ao campo das intervenções que mobilizam a imagem pessoal, as intervenções estéticas no corpo, os mecanismos de produção de identidades “fluidas” que transitam por exemplo entre visual moderno e pensamento conservador, religião e *rock*, dentre outros. Nesses processos, o que está em jogo é a constituição de um pensamento rígido em uma roupagem “descolada”.

Esse caminho aponta também para a crescente banalização do falar de si, para que, para quem, o que, como. Nota-se um arsenal gigantesco de hiper exposição do sexo, do corpo, da intimidade.

A pergunta que devemos fazer é se esses movimentos têm imprimido no *corpus* social uma falsa compreensão acerca da liberação do corpo, da sexualidade, dos direitos, ou se, em caminho contrário, são estratégias para solidificar aquilo que tem de mais desgastado no plano conservador.

Não é só o Estado que se torna uma pessoa religiosa, são os próprios sujeitos que difundem essa religiosidade, não na dimensão individual, mas em sua constituição como “pessoa social”.

Em sua reflexão, Lapoujade ressalta sua análise de Deleuze e Guattari por meio dos modos de subjetivação dos estadunidenses leigos e tenta mostrar como a religiosidade determina certa economia de vida das pessoas sociais que é o corolário da interiorização da instância déspota transcendente nas pessoas privadas.



Pois é evidente que essa piedade se exerce socialmente de maneira muito ativa, isto é, como atividade pública.

Em todas as investidas de transformação cultural, como as feitas com os povos indígenas a partir das estratégias de torná-los “cidadãos”, o racismo que justifica as posturas de violência e assassinato da população negra, o que ocorreu no Iraque em termos de eliminação de memória e o que as ditaduras da América Latina imprimiram na memória da população, é feito a partir de um “humanismo”.

Os estadunidenses transformaram a economia da salvação em uma economia de vida. Ou melhor, eles submeteram a vida à essa economia de salvação. Uma vida que deve salvar-se a si mesma numa subjetivação fundada na confiança como força vital e destinação final.

“Tudo na América é fundado sobre a vontade. Uma poderosa vontade negativa parece não haver nenhum sentimento – nenhuma compaixão verdadeira ou simpatia visceral, há tão-somente esta vontade rígida, vontade de ferro, benevolente, que finalmente é diabólica (...) Eis porque penso que a América não é nem livre nem brava, mas um país de pequenas vontades estreitas que ressoam como metal, todo mundo tentando enganar todo mundo, um país de homens absolutamente desprovidos da verdadeira coragem que é a confiança, a confiança na espontaneidade sagrada da vida. Eles não confiam na vida enquanto não a dominam.”<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Lawrence, D. H., *Letters Choisies*. Paris: Gallimard, À Else Jaffe, 27 septembre 1922,

Em que consiste essa vontade? Em que ela é expressão do cinismo e da piedade das quais falam Deleuze e Guattari? A vontade é a percepção de si e dos outros como “força de trabalho”. Aí está seu cinismo.

E a percepção de si como força de trabalho nada mais é que a submissão, pela crença, à dívida infinita. Aí está sua piedade. É uma subjetividade que não se funda senão na atividade. Em virtude dessa percepção de si como força de trabalho, ser é ser ativo. O ser social piedoso se determina ao mesmo tempo como ser de vontade e ser de caridade.

Se verificarmos as posturas estadunidenses no campo da sexualidade, em todos os processos de revisão de tratados e convenções internacionais, ela insistentemente tem procurado afirmar a não corroboração com todas as agendas de defesa dos direitos sexuais.

São vários os movimentos de caridade e apoio que advêm. Temos inúmeras fontes de recursos para projetos no campo da sexualidade, mas eles são controlados por um conjunto de orientações que precisam ser cumpridas para que seu uso possa efetivamente ser feito. Um caso muito recente que envolveu o governo brasileiro e os fundos do governo estadunidense foi a condição colocada por esse último de que recursos para a prevenção do HIV somente seriam liberados para instituições que não estivessem relacionadas ao apoio à prática da prostituição. As “doações” de recursos só poderiam ser aplicadas em projetos de promoção da abstinência, fidelidade e da retirada das mulheres do contexto da prostituição. Sabemos o quanto programas com esses perfis impactam negativamente em comunidades inteiras. Nesse caso específico, o governo

brasileiro, em parceria com grupos organizados da sociedade civil, recusou o recurso.

## **8. Gênero, Sexualidade e Política**

Retomando as questões relacionadas ao cenário da democracia e da religiosidade, ao fazermos a correlação entre poder, gênero, sexo e política, precisamos considerar a apropriação técnica e social do aparelho político democrático. A instauração da democracia como poder político único, enquanto gestão integral, que institui a religiosidade. É no mesmo movimento em que a religião se torna um assunto estritamente privado e que o Estado endossa essa religiosidade e instaura um novo governo dos indivíduos.

O sexo está sempre ligado ao espaço político a partir de um movimento que envolve a contínua intenção de estabelecer limites dentro da lógica binária do gênero e como sexo “bom” e “mau” de acordo com hierarquias na religião, na medicina, nas políticas públicas e nos aspectos culturais. Essas hierarquias se estruturam e funcionam de acordo com as bases dos sistemas ideológicos e produzem racionalidade e controle fundamentados nos discursos de “bem-estar” e pertencimento social.

De acordo com o potencial de “ameaça”, em alguns períodos históricos as ofensivas ideológicas são mais incisivas e explícitas. Podemos pensar que as posturas naturalistas de restauração dos modelos tradicionais fundamentados na família, na igreja e na pátria têm surgido também nas correntes centrais de esquerda.

Essas posturas são perigosas, especialmente para as pessoas inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e que têm seus direitos violados por suas

práticas sexuais, sua orientação sexual, sua identidade de gênero ou outros aspectos da vida diretamente ligados à existência social e erótica não tradicional.

A sexualidade tem sido, mais do que nunca, parte de um discurso público nas sociedades em geral, especialmente pelos meios e sistemas de comunicação, mas também pelos parlamentos, cortes e nos espaços de formulação de políticas públicas como a educação e a saúde. A entrada da sexualidade nesses espaços de formulação e debate tem possibilitado nas últimas décadas ganhos fundamentais no que diz respeito à conquista de direitos.

Há que se pensar por que os desdobramentos dos direitos estabelecidos geram uma infinidade de guias e orientações prescritivas e nunca chegam ao espaço de abertura necessário para efetivamente proporcionar autonomia e igualdade de direitos.

Ao mesmo tempo em que convivemos com uma hiperexposição aos discursos sobre a sexualidade, há um conjunto de elementos de ordem política, econômica e social que estão sempre a impulsionar um silêncio quando se trata de direitos.

A hiperexposição é frequentemente utilizada pela macromídia para manter uma notícia em termos sensacionalistas durante um curto período de tempo.

Em relação à questão do aborto, por exemplo, enquanto vários países definem sua legislação de maneira favorável à autonomia de decisão das mulheres, no Brasil, vivenciamos uma intensa mobilização, especialmente no poder legislativo, para que a temática seja tratada na perspectiva da criminalização das mulheres.

Inúmeras propostas que são apresentadas no legislativo brasileiro para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e a criação de leis

retratam os interesses de determinados grupos sociais representantes de interesses religiosos na inserção da interrupção da gravidez como crime e não como direito das mulheres.

A proposta de criação de CPI para investigação do comércio clandestino de substâncias abortivas e da prática do aborto no Brasil foi apresentada em abril de 2008 pelo deputado Luiz Bassuma, então do Partido dos Trabalhadores (PT) da Bahia, atualmente do Partido Verde (PV).

Outro exemplo, o projeto de decreto do deputado Henrique Afonso, do PT do Acre, apresentado em maio de 2007 que solicita sustar a aplicação da norma técnica expedida pelo Ministério da Saúde para a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra as mulheres e adolescentes vítimas de estupro.

O deputado Walter Brito Neto, do Partido Republicano Brasileiro (PRB) da Paraíba, apresentou em novembro de 2007 proposta de projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento de gestante, no momento da constatação da gravidez, nas unidades de saúde, ambulatoriais ou hospitalares, públicas e particulares, com o objetivo de controlar e assim poder criminalizar aquelas que não concluírem a gravidez.

Marcelo Serafim, deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Amazonas, propôs, em novembro de 2007, projeto de lei para alteração dos artigos 124, 125 e 126 do código penal no sentido do aumento das penas de detenção para a gestante que realizar ou consentir com aborto e de reclusão para o aborto

realizado por terceiros, além de tipificar o crime de induzir, instigar ou auxiliar mulher grávida a abortar.

Temos ainda o projeto de lei número 1.763 de 2007, de autoria do deputado Henrique Afonso e da deputada Jusmari Oliveira, que dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro, projeto conhecido como “bolsa-estupro”. A justificativa apresentada no projeto: “Punir a criança com a morte por causa do estupro de seu pai é uma injustiça monstruosa. Mais monstruosa que o próprio estupro. Será justo que a mãe faça com o bebê o que nem o estuprador ousou fazer com ela: matá-la?”. Nessa mesma linha, já havia sido apresentado, em 2005, pelo deputado Luis Bassuma projeto de lei para criminalização de práticas de aborto para gravidez decorrente de estupro.

Outros processos também são contrários à disponibilização de contraceptivos de emergência, conhecidos como “pílula do dia seguinte”, justificando que essas medicações são abortivas. Há casos recentes em que o sistema de saúde de municípios do interior foram impedidos de disponibilizar o medicamento porque a Câmara local instituiu a proibição.

Essas propostas e inúmeras outras apresentadas nos últimos anos tramitam na Câmara e no Senado e invertem a lógica da defesa do debate sobre o aborto na perspectiva da saúde pública e do direito, para definir mecanismos de punição às mulheres e profissionais de saúde envolvidos nas situações de aborto.

Desde 2008, milhares de mulheres no estado do Mato Grosso do Sul e em outras cidades passaram por uma sequência de violações de direitos que se justificaram pelo propósito da criminalização, neste processo algumas mulheres já foram

condenadas. A CPI é uma sequência dessa estratégia como resposta ao grave problema de saúde pública e mortes evitáveis de mulheres por prática insegura do aborto. Outro propósito dessa iniciativa é a implicação de organizações e grupos de mulheres nesse processo inquisitório.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), das 210 milhões de mulheres que ficam grávidas a cada ano, uma entre cinco opta pela interrupção da gravidez.

Em alguns países, o aborto inseguro é uma das primeiras causas de mortalidade materna. A OMS estima que 5,3 milhões de mulheres sofrem a cada ano complicações decorrentes do aborto inseguro.

As meninas e as jovens são as mais atingidas, sendo que cerca de 40% do total de abortos inseguros ocorrem nas mulheres com menos de 25 anos. Da mesma forma as mulheres pobres e negras são as mais atingidas, são as que mais morrem e sofrem complicações.

Tratar da questão dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais desde a perspectiva dos direitos humanos tem sido agenda política e de militância de muitos grupos da sociedade civil. Mas, como compreender que uma questão chave do desenvolvimento humano, estreitamente vinculada com projetos de vida, de tomada de decisão, de construção de autonomia, de singularidade, enfim, diretamente ligada aos processos de subjetivação, à maneira como construímos nossas redes relacionais e nossas posturas frente à vida é das mais delicadas de se tratar em termos políticos, culturais e morais?



Uma outra questão, na mesma linha da reflexão sobre os direitos sexuais são as situações de como a mídia trata a homossexualidade. Esses momentos parecem sempre despertar um grande mistério, uma atmosfera de suspense sobre a aceitabilidade do público. A opinião pública fica hiperestimulada a contribuir com possíveis desfechos trágicos ou heteronormativos.

Em nome de uma possível abertura para o diálogo, muita gente defende que é preciso que o tema esteja na mídia, seja abordado pelas igrejas, pelos pastores, pelos médicos.

De acordo com as reflexões de Deleuze<sup>58</sup> sobre o capitalismo e o desejo, no capitalismo não há nada em segredo, porque o capitalismo é democrático. Contudo nada é confessável. É a própria legalidade que não é confessável. Em vão que se procura o que tem de ilegal, o que conta é a organização de poder, como o sistema repressivo se organiza, a organização de poder é a unidade do desejo e da infraestrutura econômica.

O problema do ensino não é um problema ideológico, mas sim uma organização de poder – o poder que a escola exerce sobre as crianças, o poder que exerce o discurso médico e psicanalítico sobre as práticas sexuais.

Para o cristianismo, é a mesma questão de poder. A igreja fica muito contente quando ela é tratada como ideologia. Mas o cristianismo é uma organização de poder que apresenta formas muito diversas. É um poder internacional.

Se o inimigo permanece o mesmo, as condições mudaram. Muitos grupos de resistência se aliaram aos grupos de poder, as concessões foram tantas que hoje

---

<sup>58</sup> DELEUZE, Gilles. *A Ilha Deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

há mais simbiose entre resistência e poder do que nunca. Como afirma Deleuze,<sup>59</sup> “não há desejos libertos em tempos de festa”, o que há é uma pseudovanguarda disposta a operar a síntese.

Não há como contar com um partido ou com o aparelho de Estado para liberar o desejo. Desejo liberto significaria sair do impasse do fantasma individual e privado.

O que vale não é uma unificação autoritária, mas uma espécie de enxameação ao infinito. Desejos nas escolas, nas fábricas, nos quartéis, nas prisões. Não se trata de sobrepor, mas de ramificar no mesmo plano.

Enquanto se permanecer numa alternativa entre o espontaneísmo impotente da anarquia e a codificação burocrática e hierárquica de partido, não há libertação de desejo.

O capitalismo, desde sua essência, esteve ligado a uma repressão selvagem, antes mesmo que uma formação social se estabeleça seus instrumentos de opressão social já estão lá.

Então será preciso perguntar se a hiperexposição que se produz em torno da sexualidade não passa de uma hiperpatologização, uma estereotipização exagerada.

Será que os mecanismos de gestão da biopolítica que estão engendrando discursos “amigáveis” acerca dos direitos sexuais, na verdade, não enquadram, classificam, estigmatizam?

---

<sup>59</sup> Idem, Gilles Deleuze, op. Cit.

É preciso olhar para esses processos compreendendo que a forma predominante de produção que cria bens imateriais, idéias, conhecimentos e formas de comunicação também produzem afetos. Os limites da economia são ultrapassados, o capital sai de sua investida tradicional para ocupar a cultura, a sociedade e a política, enfatizando seus produtos e a maneira como os investe.

A biopolítica investe a vida social em sua totalidade, sendo imanente à sociedade, criando relações e formas sociais, por meio de formas colaborativas de trabalho.

Hoje, há uma forma colaborativa de trabalho em torno de questões conservadoras no campo dos direitos sexuais que está minando todos os espaços sociais de forma múltipla mas com um mesmo propósito, de interditar tudo o que diz respeito à autonomia dos corpos e das subjetividades. Nota-se que há uma ampla rede de pessoas e instituições que se mobilizam em caminhos contrários ao da produção de direitos.

No Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado, temos inúmeros parlamentares ligados a religiões evangélicas, católicas, espíritas que lutam contra todas as iniciativas referentes à promoção dos direitos sexuais, tais como os projetos de legalização do aborto, criminalização da homofobia. Essa rede faz pressão no Legislativo e, na maioria das vezes, provoca silêncio no Executivo, pois articula diretamente as alianças políticas ao poder religioso. O que vemos no Brasil é uma ampla manipulação de redes religiosas com grande influência na produção legislativa.

Os esforços cotidianos empreendidos por organizações e pessoas, dentro e fora do governo, que buscam a efetivação dos direitos, são ofuscados pelo poder e alarde que fazem os grupos conservadores.

Essa gestão biopolítica produz um conflito responsável pela perpetuação do mesmo. Na medida em que as negociações procuram atender os interesses partidários e esses estão ligados aos interesses religiosos, não podemos avançar.

Um exemplo de ação para o interesse coletivo é o controle da epidemia de aids, que, no caso das prostitutas, por exemplo, podemos considerar que foi um grupo que ganhou grande visibilidade e importância, tendo inúmeros projetos apoiados por organizações governamentais e internacionais. Elas precisam ser reconhecidas nas políticas de aids pois, no Brasil, são muito mais atingidas pela epidemia que outros grupos populacionais. Como questão de saúde pública, como controle, são consideradas. Por outro lado, as situações de violação de direitos humanos e de violência são completamente veladas porque moralmente não se pode atuar com esse grupo. Um exemplo da ação biopolítica em seu movimento de fazer viver e deixar morrer. O adoecimento precisa ser monitorado porque elas são vetores de transmissão de doenças, mas como mulheres vítimas de agressão são desprezadas.

A conquista dos direitos sexuais tem se produzido num longo percurso em que muitas pessoas comprometeram suas próprias vidas para lutar por esses direitos. A validade desses direitos na prática cotidiana poderia mudar o percurso de vida de milhões de pessoas em todo o mundo, pois permitiria, por exemplo, a possibilidade de expressar livremente a orientação sexual, ter sexo livre de

amarras morais, sociais e religiosas, tomar decisões sobre ter filhos e prevenir-se de doenças sem coerção e de modo autônomo.

Direitos sexuais são direitos humanos, mas ainda o que vemos e vivenciamos todos os dias são violações e omissões. Gestos de violência e intolerância são cenas cotidianas em nosso país.

Sobretudo no campo político, essas conquistas não são priorizadas. Há predominância de estratégias que, ao contrário, apoderam-se da autonomia e das decisões das pessoas. Vemos a velha fórmula de controlar os corpos e as decisões das pessoas que dependem de políticas públicas.

A decisão está nas mãos daqueles que detêm o poder e que, na sua vida privada, até exercitam seus direitos, mas no que diz respeito à vida pública, por um conjunto de influências no campo das articulações e interesses políticos, não tomam decisões que poderiam efetivamente contribuir para uma mudança radical de cenário.

Cada vez mais redes que aparentemente são externas aos espaços de tomada de decisão, ocupam-se das tomadas de decisão.

Estamos diante de um conjunto de distintos modelos de ação e estratégias complexas que mantêm sua gerência na lógica do controle. Esses movimentos reinventam seus mecanismos para estarem na linha de frente dos processos de globalização sem perder sua essência moral, gerando novos mecanismos que lhes permitem inserção no meio político e social.

Os grupos que influenciam de maneira dogmática no coração das tomadas de decisão no campo Legislativo e Executivo estão ligados a grandes organizações estadunidenses e européias.

Se observarmos atentamente o quanto os discursos religiosos penetram hoje todo o espaço escolar, as prisões, as comunidades indígenas, as comunidades das favelas, podemos notar que há uma ampla rede de discursos religiosos de toda ordem formatando os corpos e as mentes das pessoas e fazendo-as acreditar que, de fato, não se pode ter direito de pensar e sentir.

Utilizam-se do tema da “vida” para sustentar suas “pregações” que são complexas operações nos processos de subjetivação de comunidades inteiras. Todos os argumentos formulados por esses deputados, senadores, médicos, sobre a questão do aborto se fundamentam na filosofia “pró-vida”.

As tecnologias políticas e os saberes que se constroem nesta base de defesa trazem o tema da “vida” como eixo central. “De fato, como poderia o império atual manter-se caso não capturasse o desejo de milhões de pessoas? Como conseguiria ele mobilizar tanta gente caso não plugasse o sonho das multidões à sua megamáquina planetária? Como se expandiria se não vendesse a todos a promessa de uma vida invejável, segura, feliz?”<sup>60</sup>

Os mecanismos de visibilidade horrenda promovem e reforçam a busca de uma massa alinhada e conivente com estas estratégias. Temos vários casos recentes no Brasil que ilustram essa situação.

---

<sup>60</sup> PELBART, Peter. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

Em 2009, vivenciamos novos ataques, como a postura do papa Bento XVI, durante sua visita ao continente africano, quando declarou que as pessoas não devem usar camisinha e que esta é responsável pela infecção pelo HIV. Sabemos que a camisinha é a melhor forma de prevenção contra a infecção, sabemos também que o continente africano é o mais tocado pela epidemia de aids. Estima-se que, na África sub-sahariana, há cerca de 1,9 milhões de novas infecções a cada ano. As investidas mais uma vez caminham no sentido da criminalização das vítimas.

Os grupos conservadores têm cada vez mais incidido nos espaços de legislação e nas formas de organização do Estado. Querem reconhecer ou suscitar os corpos sociais tradicionais. Práticas comunitárias que faziam parte da esquerda tornam-se agora sombras vazias de vida em comunidade.

## 9. Nosso desafio de romper com a forma-Homem

Donna Haraway<sup>61</sup> pergunta de que maneira se fez realidade que as histórias de um grupo cultural dominante e com imenso poder convertessem a natureza em um sistema laboral, dirigido pela divisão hierárquica do trabalho, e no qual as diferenças de raça, sexo e classe adquiriram *status* de natureza como sistemas funcionais de exploração. Quais foram as consequências disso para a vida dos animais e das pessoas?

Os corpos não nascem, são fabricados.

Haraway traz a dispersão da forma-Homem por meio de criaturas fronteiriças – macacos, *cyborgs* e mulheres – que têm ocupado um lugar desestabilizador nas grandes narrativas biológicas, tecnológicas e evolucionistas ocidentais. São literalmente *monstros*, uma palavra que segundo ela, compartilha algo mais que sua raiz com a palavra demonstrar.

Os monstros possuem um significado. Haraway questiona as múltiplas faces teóricas, biopolíticas, biotecnológicas e feministas dos conhecimentos estabelecidos por e acerca dessas potentes e nada inocentes criaturas.

As formas altamente conflitivas e independentes com as quais esses monstros adquirem o poder podem ser signos de mundos possíveis, dos quais se responsabilizam com toda segurança.

---

<sup>61</sup> HARAWAY, Donna. *Ciência, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.



Trata-se de marcar um espaço que não afirma a capacidade de atuar sobre a base da identificação natural, mas sim, sobre a de coalização consciente de afinidades e monstruosidades.

É preciso que continuemos a afrontar as dominações de raça, gênero, sexualidade e classe. Uma cartografia que pode mudar a geografia das categorias anteriores, desnaturalizá-las. Nós não queremos mais uma matriz natural de unidade e totalidade, não queremos a forma-Homem.

“Trata-se de saber com quais outras forças as forças no homem entram em relação, numa ou noutra formação histórica, e que forma resulta desse composto de forças”<sup>62</sup>

Deleuze, no anexo do livro Foucault, trata da questão da morte do homem, de acordo com ele, o princípio geral de Foucault é de que toda a forma é um composto de relações de forças, trata-se portanto de perguntar-se primeiramente com que forças de fora elas entram em relação. Essa reflexão nos dá subsídios para afirmar que as forças no homem, por exemplo, imaginar, recordar, querer, conceber não supõe o homem como forma. Sendo apenas lugares, pontos de aplicação.

Seguindo as reflexões de Deleuze “Pode-se já prever que as forças, no homem, não entram necessariamente na composição de uma forma-Homem, mas podem investir-se de outra maneira, num outro composto, numa outra forma... o Homem não existiu sempre, e não existirá para sempre.”

---

<sup>62</sup> DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Desurdir a lógica do gênero implica ruptura com essa categoria analítica que é parte deste composto forma-Homem e nos exige a criação de combinações com as forças do fora que frequentemente surgem das posturas de resistência e que de alguma maneira estão presentes em nossas realidades, e que nada tem de apego com a forma-Homem, trata-se portanto do investimento em processos de subjetivação que provoquem a dispersão. Um exemplo de contragolpe ao aprisionamento é a indicação de Foucault sobre a constituição da linguística do século XIX que se firmou com base na disseminação das línguas como condição de “nivelamento da linguagem”, mas a literatura, ao assumir uma função completamente nova, que consistia ao contrário, em “reunir” a linguagem, em fazer valer um “ser da linguagem” para além do que ele significa, para além dos próprios sons.

É todo um movimento de dispersão que tem como tarefa a subversão aos comandos e aos controles.

A proliferação de não-gêneros, da diferenciação a cada encontro é um exercício desafiador, mas necessário. Se continuarmos construindo nossas agendas a partir das categorias estabelecidas, o reforço a elas inviabilizará toda e qualquer derrocada.

As análises políticas das questões sobre evolução, natureza, biotecnologia, intervenções cirúrgicas, mutações, clonagem, transgêneros, sempre me interessaram para compreender esses processos em suas correlações com o universo subjetivo e com o manejo do capitalismo mundial integrado e, prioritariamente, para pensar em saídas possíveis dos mecanismos de captura.

Temos que usar o espaço da clínica, os espaços políticos, os espaços da arte, da saúde, da educação, para construir essas novas formas de convocar o diálogo sobre sexualidade para além das bio-mulheres e dos bio-homens. Trata-se da convocação de novas formas de experimentação da sexualidade que possibilitem a destituição da tirania heterossexual. Tirania de gênero que divide e restringe o mundo em homens e mulheres.

Seguindo as passagens de Deleuze<sup>63</sup> sobre a diferença, a afirmação e a negação, podemos pensar que a diferença tem sua experiência crucial. Ela supõe um formigamento de diferenças, um pluralismo de diferenças livres, selvagens ou não domadas, um espaço e um tempo propriamente diferenciais, originais, que persistem por meio das simplificações do limite ou da oposição.

Por que não haveríamos de acabar com o que foi designado como gênero? O que temos a perder em insistir na derrubada dessa lógica? Poderíamos pensar que as mulheres conquistaram muitos espaços a partir das reivindicações pela equidade ou igualdade de gênero, mas essas conquistas seguramente não vieram pela brecha da criação de John Money que tratava de enquadrar as diferenciações em termos de masculino e feminino e, com isso, determinar como seriam as características de uma pessoa desde o seu nascimento, mesmo que para isso fosse necessário um conjunto de intervenções cirúrgicas, farmacológicas e psicológicas.

A partir das reflexões de Deleuze sobre Foucault relacionadas aos “processos de subjetivação”, é interessante notar como ele analisa o momento de Foucault em uma transição quanto aos vetores principais de sua obra. Seguindo a reflexão de

---

<sup>63</sup> DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. Graal: São Paulo, 2009.

Deleuze, ele diz que depois de “A vontade de saber”, “há uma outra crise, muito diferente, mais interior, talvez mais depressiva, mais secreta; o sentimento de estar num impasse?”

“Aparentemente ele continuava a história da sexualidade; mas isso acontecia sobre uma linha inteiramente diferente... reorientava toda sua pesquisa em função do que chamava modos de subjetivação. Não era de modo algum um retorno ao sujeito; era uma nova criação, uma linha de ruptura, uma nova exploração onde mudavam as relações precedentes com o saber e o poder. Se quisesse, uma nova radicalização... É que tudo isso não era simplesmente questão de teoria. O pensamento jamais foi questão de teoria. Eram problemas de vida. Era a própria vida. Era a maneira de Foucault sair dessa nova crise: traçando a linha que lhe permitisse sair dela, e estabelecendo novas relações com o saber e o poder. Mesmo que às custas da própria vida.”<sup>64</sup>

Que experimentações podemos fazer em nossas vidas e em processos coletivos que proporcionem a ruptura com as figurações estabelecidas para estarmos no mundo e, mais ainda, como tirar de si os fenômenos relacionados com sexualidade, gênero, religiosidade, racismo?

Se há um contexto de violações contra nossos corpos, nossas vidas, nossas histórias, será que a manutenção é o melhor caminho a seguir? E para quem?

Não podemos estar confortáveis no mundo. Estamos sempre limitadas a espaços de segregação, tudo o que fazemos não está posto como possível.

---

<sup>64</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2008.

A ruptura com as categorias de identidade estabelecidas e que nos naturalizam e imobilizam precisam ser efetivadas.

Processo de subjetivação nada tem a ver com sujeito, mas sim com coletividade. Nosso desafio é enorme na medida em que vivemos em um mundo onde o investimento na individualidade e na uniformização não pára de crescer. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose.

Durante o processo de escrita da tese essas questões se mantiveram presentes em minhas inquietações e em minha vida, na maneira como interajo e sinto o mundo. Meu sensor está plugado em todos esses enredamentos e nos efeitos deles nas subjetividades.

O desafio que me coloco a partir desse percurso é o de desenvolver múltiplas formas de diálogo sobre as construções sócio-histórica-política e culturais que definem essas categorias de sexualidade, gênero, religiosidade e direitos e que operam com mecanismos de uniformização, universalidade, opressão, homogeneização.

Essas formas de diálogo serão criadas por meio de oficinas, rodas de conversa, blogs, aulas, intervenções, enfim, naquilo que melhor se enredar com os cenários das alianças estabelecidas neste percurso e contemplem diferentes grupos em diferentes contextos.

“... é a maneira através da qual o problema se coloca em tal formação histórica: que posso eu saber ou que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? Que posso fazer, a que poder visar e que resistências opor? Que

posso ser, de que dobras me cercar ou como me produzir como sujeito? Sob essas três questões, o “eu” não designa um universal, mas um conjunto de posições singulares ocupadas num Fala-se, Vê-se, Combate-se, Vive-se.

Quais são os novos tipos de luta, transversais e imediatos, mais que centralizados e mediatizados? Quais são os novos modos de subjetivação, sem identidade, mais do que identitários?”<sup>65</sup>

Não um universal, mas cruzamento dos processos de subjetivação com os projetos coletivos, ou seja, a formulação de políticas precisa de que as questões que são acordadas no campo dos direitos universais sejam traduzidas no âmbito da subjetivação.

“As forças vêm sempre de fora, de um fora mais longínquo que toda forma de exterioridade, por isso não há apenas singularidades presas em relações de forças, mas singularidades resistência, capazes de modificar essas relações, de invertê-las, de mudar o diagrama instável. E existem até singularidades selvagens, não ligadas ainda, na linha do próprio fora e que borbulham justamente em cima da fissura. É uma terrível linha que mescla todos os diagramas, em cima até dos furacões... Mas, por mais terrível que seja essa linha, é uma linha de vida que não se mede mais por relações de forças e que transporta para além do terror. Pois, no local da fissura, a linha forma uma fivela, “centro do ciclone, lá onde é possível viver, ou, mesmo, onde está, por excelência a Vida.”<sup>66</sup>

Encerrar a forma-Homem, produzir outras combinações, experimentações e sentidos é o nosso desafio.

---

<sup>65</sup> DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

<sup>66</sup> Idem, Gilles Deleuze, op. Cit.

## 10. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

BARBOSA, Regina M. e PARKER, Richard. Sexualidades pelo Averso: Direitos, Identidades e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, São Paulo: Ed. 34, 1999.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BRAIDOTTI, Rosi. Sujetos nômades: Corporización y diferencia sexual em la teoria feminista contemporánea. Buenos Aires: Paidós, 2000.

\_\_\_\_\_. Feminismo, Diferencia Sexual Y Subjetividade Nômade. Barcelona: Gedisa, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direitos Humanos: Documentos Internacionais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *El género en disputa. El Feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. *Razões Públicas, Emoções Privadas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *O anti-édipo – Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

DELEUZE, Gilles. *A Ilha Deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 2000.

FERNANDEZ, Josefina; D'UVA, Mónica e VITURRO, Paula (orgs.). *Conversaciones Feministas: Biopolítica*. Buenos Aires: Ají de Pollo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos* volume V. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.



GIL, José. *Monstros*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JULIEN, François. *O diálogo entre as culturas. Do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAPOUJADE, David. *Cinismo e Piedade (Made in USA)*. In: Nietzsche e Deleuze. Bárbaros e Civilizados. Org: Daniel Lins e Peter Pál Pelbart. São Paulo: Annablume, 2004.

MARAZZI, Christian. *El sitio de los calcetines. El giro lingüístico de la economía y sus efectos sobre la política*. Madrid: Akal, 2003.

MUJICA, Jose. *Economía política del cuerpo. La reestructuración de los grupos conservadores e el biopoder*. Lima: Centro de promoción y defensa de los derechos sexuales y reproductivos, 2007.

PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind e SEMBER, Robert. *Políticas sobre sexualidad. Reportes desde las líneas del frente*. Mexico: Sexuality Police Watch, 2008.

PELBART, Peter. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental*. Rio Grande do Sul: Sulina, 2006.

SANTOS, Laymert G. *Politizar as novas tecnologias. O impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.